

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 23-3-2017.

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 046/17 (Processo nº 0581/17), de autoria de Aldacir Oliboni. Do EXPEDIENTE, constaram os seguintes Ofícios: nº 3431/16, de Luciane Marques de Oliveira, Gestora Financeira Substituta do Ministério do Turismo; nº 49613/16, de Jaqueline Ferreira Freitas Cortes de Oliveira, Coordenadora-Geral de Articulação Substituta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; s/nº, de Anésio Silvio, Presidente da Câmara Municipal de Brochier – RS –; e s/nº, de Antônio Pfeil, da Câmara Municipal de Nova Santa Rita – RS. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO, neste Legislativo, de Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda, e Eroni Numer, ex-Secretário Municipal da Fazenda, concedendo a palavra a Suas Senhorias, que prestaram esclarecimentos a respeito da situação financeira do Município. Após, o Presidente concedeu a palavra a Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, Adeli Sell, Valter Nagelstein, Cassiá Carpes, André Carús, Sofia Cavedon, Airto Ferronato, Moisés Maluco do Bem, Roberto Robaina, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher e Cláudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Roberto Robaina, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Leonardo Busatto e a Eroni Numer. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Paulo Brum. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e sete ao dia trinta e um de março do corrente. Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Luciano Marcantônio, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e sete ao dia vinte e nove de março do corrente. Às dezessete horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 067/14 (Processo nº 0690/14), considerando-se mantido o Veto Total oposto, por sete votos SIM e vinte e um votos

NÃO, após ser discutido por Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna e Marcelo Sgarbossa e encaminhado à votação por Sofia Cavedon e Reginaldo Pujol. e encaminhado à votação por Sofia Cavedon e Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Durante a apreciação do Projeto de Lei do Legislativo nº 067/14, Aldacir Oliboni cedeu seu tempo de discussão à Sofia Cavedon. Na ocasião, foi rejeitado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, solicitando votação em destaque do caput e do inciso I do artigo 3º-H da Lei nº 5.395/84, conforme artigo 1º do Projeto de Lei do Legislativo nº 067/14, por seis votos SIM, dezenove votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhado à votação por Sofia Cavedon, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Adeli Sell e João Bosco Vaz, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina e Sofia Cavedon, votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Tarciso Flecha Negra. A seguir, foram apregoados o Projeto de Lei do Legislativo nº 060/17 (Processo nº 0725/17), de autoria de Dr. Thiago, e o Projeto de Resolução nº 060/16 (Processo nº 2578/16), de autoria de Valter Nagelstein. Durante a sessão, Adeli Sell e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Darci Renato Feiten, de Antônio Borges e de Elimar Valle, respectivamente Presidente da Câmara Municipal e Secretários de Desenvolvimento Econômico-Social e de Turismo do Município de Arroio dos Ratos – RS –, e de Marília Fidell, suplente deste Legislativo. Às dezoito horas e quarenta e um minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Reginaldo Pujol, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Adeli Sell. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, permita-me anunciar aqui a presença do Presidente da Câmara de Arroio dos Ratos, o seu colega, Ver. Darci Renato Feiten; do Sr. Antônio Borges, Secretário do Desenvolvimento Econômico-Social; e do Sr. Elimar Valle, responsável pelo Turismo da cidade de Arroio dos Ratos. Estão aqui no

plenário para participar um pouco do debate. Já anunciei que aqui o tema é pesado: finanças.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Muito bem, sejam todos muito bem-vindos. Sintam-se acolhidos e em casa aqui na nossa Câmara Municipal de Porto Alegre.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda, e do Sr. Eroni Numer, ex-Secretário Municipal da Fazenda, que abordarão a atual situação financeira do Município.

O Sr. Leonardo Busatto está com a palavra.

O SR. LEONARDO BUSATTO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; boa tarde, demais Vereadores e Vereadoras aqui presentes; boa tarde, demais participantes e presentes aqui nesta Casa. Antes de iniciar, obviamente é um tema árido: a questão das finanças. A gente vai tentar traduzir da maneira mais didática possível, mas antes queria compartilhar uma questão sentimental de um dia estar nesta tribuna. Não sei se todos sabem, mas minha mãe foi Vereadora por quatro mandatos, e esta tribuna é onde eu a via muito quando eu era pequeno. Nunca imaginei estar aqui neste momento, então tem um aspecto sentimental muito importante. É uma honra estar onde tantos debates são travados e onde tantas pessoas importantes participaram, aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, onde a vida real e a representação popular acontecem.

Eu vou tentar ser breve. Esta é uma exposição que já tenho feito em alguns momentos, inclusive dentro do Governo, para a imprensa, a gente vai fazer também para os servidores, para o Simpa, para traduzir um pouco uma realidade que não é muito comum, uma realidade que não é muito fácil de entender, por parte de todas as pessoas, porque são as finanças públicas, numa linha do Prefeito Marchezan de trabalhar com transparência, radicalizar nessa transparência e mostrar de onde vem o dinheiro, que é o dinheiro privado que vai para o setor público, o dinheiro das pessoas que vai para a Prefeitura gerenciar, e onde a Prefeitura gasta, tentar explicar uma situação que pode ser muito complicada para entender: “Como tinha dinheiro e agora não tem mais dinheiro? Onde está se gastando? Sumiu o dinheiro! O que está acontecendo?”

Então, vamos tentar fazer de maneira muito didática essa apresentação, baseada nos números trabalhados pela equipe da Secretaria da Fazenda, que são servidores públicos de extrema qualidade. A única pessoa nova que ingressou na Secretaria da Fazenda sou eu. Essa equipe está há muitos anos elaborando esse trabalho, e acho que a minha tarefa, neste momento, é dar transparência, mostrar exatamente os números que a gente tem trabalhado e as perspectivas que não são nada fáceis, não são nada animadoras, pelo menos nesse curto prazo.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. LEONARDO BUSATTO: Aqui a gente vai fazer a apresentação do fluxo de caixa de 2017, com a posição de hoje, lembrando que - quem conhece finanças sabe - o dia de ontem é diferente de hoje, e o dia de hoje é diferente do dia de amanhã. A questão que a gente quer colocar é que a situação financeira de Porto Alegre é a mais grave da história recente. Quando a gente traz história recente, pelo menos nos dados que a gente tem acompanhado, é uma situação muito ligada a questões conjunturais, a questão histórica de queda de arrecadação em função da crise econômica, basta ver o desemprego, a queda na economia, do PIB, a crise política que está aí e que afeta, obviamente, as receitas de todos Municípios, Estados e do Brasil, e também questões estruturais que a Prefeitura não enfrentou ao longo do tempo, que um dia ia ter que enfrentar e que nós vamos enfrentar a partir deste ano, a partir da gestão do Prefeito Marchezan. Então, a maior ferramenta para tentar fazer as mudanças é trabalhar com transparência, mostrando as informações e os dados, deixando que a população questione, critique, opine e possa ter opinião sobre a situação das finanças do Município de Porto Alegre, que não é muito diferente da forma financeira que tem a nossa casa, um condomínio, uma grande empresa, um sindicato, ou seja, são recursos que entram e saem. Nós temos que fazer a gestão para que o valor com a despesa que sai não seja maior do que o que entra.

Aqui temos uma distinção clara... Os Vereadores trabalham muito com a questão do orçamento, aprovam a peça orçamentária todos os anos. A receita arrecadada em 2016, como todos podem olhar no Portal Transparência da Prefeitura, foi de R\$ 6 bilhões. A primeira questão que pode surgir é: “Puxa, R\$ 6 bilhões? Como é que está faltando dinheiro?”. A primeira questão, Vereadores e presentes, é que uma parte dessas receitas vai para o caixa único da Prefeitura; outra parte das receitas – mais ou menos 40% – vai para as despesas vinculadas, basicamente área da saúde. Eu não posso pegar dinheiro do SUS para pagar outra despesa, mesmo que seja despesa importante. Área da educação, salário-educação, convênios, área de assistência social, etc. Aqueles fundos da assistência social são somente para pagar despesas da assistência social. Tarifas do DMAE e do DEP: quando nós, porto-alegrenses, pagamos uma conta de água, pagamos para o DMAE; eu não posso pegar o dinheiro do DMAE e pagar salários dos servidores, por exemplo. A contribuição patronal e dos servidores ao Previmpa, regime de previdência próprio, é um dinheiro que só o Previmpa, que é um patrimônio dos servidores públicos municipais, pode utilizar. E, quanto à capitalização, o dinheiro que rende... Hoje, acho que os Vereadores conhecem, o Previmpa tem mais de R\$ 1,3 bilhão depositado. Esse dinheiro rende todos os meses, mas é um dinheiro exclusivamente para pagar a previdência, os aposentados e pensionistas, servidores públicos municipais; eu não posso pegar esse dinheiro para pagar salário de quem está trabalhando hoje. Operações de crédito: eu não posso pegar o dinheiro da Corporação Andina de Fomento, que está financiando aquela bela obra da orla, para pagar salários dos servidores. Eu não posso fazer isso, assim como não posso fazer uma sugestão que nos deram: “Por que não vendem os imóveis da Prefeitura para pagar despesa corrente?”. Eu não posso! A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal proíbem que eu venda patrimônio público para pagar gasto corrente. Eu só posso vender patrimônio

para fazer investimentos, então não posso pagar as creches, não posso pagar postos de saúde, não posso pagar salários dos servidores com esse dinheiro. O que sobra são os tributos municipais, estaduais e federais. O Fundeb, que é fundo da educação básica; as multas de trânsito, as taxas de lixo, dentre outras... Ou seja, eu só posso trabalhar para pagar, dentre outras questões, salários dos servidores, com o dinheiro desse lado. A despesa, mais ou menos já fiz esta distinção, despesa vinculada - só posso pagar questões vinculadas; e do lado de cá, com os recursos do Tesouro, eu posso pagar pessoal, exceto DMAE e Previmpa; dívidas, repasse a esta Casa; creches, entidades conveniadas, etc.

A grosso modo, onde a Prefeitura gastou os recursos do Tesouro em 2016? Aqui a gente já consegue fazer uma reflexão – até é sugestão de todos –, é onde cortar? Eu pergunto, porque também quero ouvir as sugestões, onde a gente pode cortar despesa? Quero mostrar qual é a despesa da Prefeitura.

No ano passado, 60% da despesa da Prefeitura com recursos do Tesouro - essa distinção é fundamental, não podemos trabalhar como consolidado - foi com gasto de pessoa; 15,7% para manutenção da Prefeitura; 5,2% - R\$ 187 milhões - para pagar dívidas que a Prefeitura tem com a Caixa Econômica Federal, com bancos, com sentenças judiciais, RPVs e precatórios; os parques investimentos feitos com os recursos do Tesouro foram somente R\$ 36 milhões; repasses para a Administração Indireta, Carris, EPTC, FASC, DMLU, DEMHAB, autarquias, fundações, empresas estatais da Prefeitura, R\$ 478 milhões; e o duodécimo da Câmara Municipal, R\$ 149 milhões, corresponde a 4,2% da despesa total. É daí que temos que cortar. Não é nossa intenção, de maneira nenhuma, aumentar impostos - a população brasileira já não aguenta mais pagar impostos - então temos que cortar despesas.

Onde foi o gasto de pessoal da Prefeitura no ano passado: servidores ativos, um bilhão, 124 milhões de reais - 31%; inativos, R\$ 859 milhões. As consignações em folha, ou seja, aquele dinheiro que o servidor pegou emprestado no banco, a Prefeitura recolhe e paga o banco. Tributos, como INSS, FGTS e as contribuições diretamente ligadas aos servidores municipais, eu tenho que pagar, obviamente é obrigatório.

Na manutenção da Prefeitura... Então vamos cortar a manutenção. Quando a gente olha, o primeiro item de manutenção é o gasto com a Procempa, e alguém pode sugerir: não repassa o gasto da Procempa. Os Vereadores sabem que a Procempa é uma empresa de tecnologia, aliás, muito bem estruturada, com ótimos quadros, mas 85% do gasto da Procempa é com o pessoal. Se eu não passo o dinheiro para a Procempa, eles não pagam o pessoal. Então, aquele gasto é como se fosse folha. Creches conveniadas e bolsas de estudo: creio que ninguém aqui questionaria o repasse para as creches conveniadas da Secretaria de Educação. Pode até querer pagar mais, e acho justo. Agora, posso cortar? Tenho dúvidas.

Tributos - o PASEP, que é um tributo federal, que nós temos que pagar as contribuições patronais dos servidores, dos terceirizados que temos que pagar, são tributos. Se não é pago, nós estamos incorrendo em crime de responsabilidade. Repasses aos fundos - Fundo de promoção do meio ambiente, fundo do mercado: todos

os fundos municipais que são arrecadados, através do caixa único, da conta única, são repassados na medida que o órgão tem necessidade - R\$ 392 milhões.

O Instituto Municipal de Estratégica de Saúde da Família - IMESF, que foi criado na sua origem para não ter recurso do Tesouro, em 2016 consumiu R\$ 27 milhões. Podemos tentar reduzir o repasse do IMESF? Agora, se deixo de repassar para o IMESF, afeta diretamente as equipes de saúde da família, que são servidores basicamente. Medicamentos, hospitais e o próprio plano de saúde dos servidores, aquele que é pago pelo Tesouro. Todos os itens aqui discriminados nós podemos, de uma forma ou de outra, tentar atacar para reduzir, mas nós vemos que a nossa margem de redução é baixa.

Dívida externa e interna. Posso não pagar os bancos? Não posso, mas quem é que garante essas dívidas? A própria União que dá o aval. Se eu não pago a dívida com a Caixa, a Caixa aciona a União, que bloqueia as contas e saca o dinheiro para pagar. Ou seja, é inócuo o não pagamento de dívidas, e esse pagamento só cresce, tem crescido ano após ano.

Sentenças judiciais e precatórios: é quando o Judiciário vai lá, saca da minha conta, ou me obriga a pagar por alguma dívida da Prefeitura. Os parques investimentos, que já são muitos pequenos, 1% só da despesa total da Prefeitura, que é o recurso do Tesouro. E os repasses da administração indireta, para o Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU, que faz todo o recolhimento do lixo, capina, a limpeza - foram repassados R\$ 177 milhões. A FASC, que atende toda a rede de assistência social, recebeu R\$ 112 milhões, basicamente para os convênios da própria entidade.

A EPTC é uma empresa pública que depende exclusivamente de recursos do Tesouro ou de multas, mas as multas não dão nem R\$ 30 milhões. Então, quando a gente ouve falar que é a indústria da multa, que financia a EPTC. As multas de trânsito de Porto Alegre não custeiam 30% da Empresa Pública de Transporte e Circulação; 70% do repasse é recursos dos contribuintes, de todos nós.

Carris - o déficit da empresa pública de transporte municipal é de R\$ 55 milhões em 2006; se não repassássemos à Carris, os ônibus da Carris não andariam porque faltariam diesel, peças, e até o salário dos servidores da Carris; para o DEMHAB, R\$ 28 milhões; o repasse da Câmara Municipal, R\$ 149 milhões. Como foi o fluxo de caixa no ano passado? Uma informação que é tratada de uma maneira estratégica dentro dos governos, mas aqui não temos nenhum motivo para esconder nenhum número, aqui foi o dia a dia, com a linha do meio o saque do caixa único. A Prefeitura utilizou uma ferramenta, que o Estado já utilizou há muitos anos, que é sacar recursos de fundos - entre aspas -, a título de empréstimo. Um dia tem que devolver; pode não ser neste ano, mas um dia vai ter que devolver, para financiar o gasto corrente. No final de 2016, sobraram R\$ 34 milhões em caixa. Quais foram as medidas adotadas em 2016 para cobrir o déficit que já existia? Existia um déficit estrutural na Prefeitura de Porto Alegre que não se atacou, que foi agravado pela crise financeira. Atraso de fornecedores, que nós publicamos na Internet. Com certeza, os senhores conhecem algum fornecedor que é credor da Prefeitura, e a Prefeitura ainda não pagou. Saque do

caixa único - uma dívida que um dia terá que ser paga, um dinheiro que não é do Tesouro. Antecipação de dívida do DMAE. O DMAE quitou uma dívida antecipada para a Prefeitura e ela usou o dinheiro para gasto corrente. Levantamento do alvará de imunidade tributária do IMESP, devolução que a própria Câmara de Vereadores fez para o Executivo. Repatriação, o dinheiro da repatriação do Governo Federal que veio através do Fundo de Participação dos Municípios e a antecipação do IPTU de 2017. Ou seja, com essas medidas, que são pontuais e não estruturais, foi possível pagar o salário dos servidores, a despeito de todo o atraso de fornecedores de 2016, que os senhores conhecem, os quais, dia após dia batem na porta da Secretaria da Fazenda cobrando o pagamento. Todos os senhores conhecem, inclusive questões que foram pagas no início da gestão, como creches conveniadas, como os precatórios, como a capina, coisas que ficaram pendentes em 2016 que tiveram que ser pagas com recursos de 2017. Uma questão importante que diz respeito a todos os porto-alegrenses, não é uma questão de Governo: precatórios. A dívida atual são R\$ 358 milhões, sendo que de um precatório, um advogado vai ganhar R\$ 56 milhões de honorários.

Esse é um tema que eu acho importante. Os porto-alegrenses vão pagar um precatório... Eu não vou entrar no mérito da culpa de ninguém, mas é fato: até 2020, temos que pagar R\$ 237,7 milhões de um precatório.

Para as obras da Copa de 2014 - estamos em 2017 - precisam ainda R\$ 282 milhões – uma boa parte disso de recurso da Caixa Econômica Federal, mas R\$ 70 milhões da Prefeitura. É mais uma dívida cobrada, não é uma dívida levantada por nós, apresentada pelas próprias empresas, no valor de R\$ 45 milhões de coisas já feitas, ou seja, nós temos que pagar, entre dívida que já foi feita e para frente, mais de R\$ 320 milhões.

Aqui alguns comparativos que, depois, eu posso deixar à disposição, para demonstrar que a receita própria do Município teve um desempenho foi muito bom nos últimos anos. Não foi por um problema de crescimento das receitas próprias.

Em compensação, as transferências federal e estadual - isso não tem como nós desconhecermos - caíram em termos reais, enquanto a receita própria subiu, porque somente 30% da receita do Município é de responsabilidade dele: 70% é de transferência estadual e federal.

Alguém pode questionar por que não cobramos a dívida ativa, tem R\$ 2 bilhões, essa seria a solução! Eu acho que é uma alternativa, mas, dos R\$ 2 bilhões de dívida ativa, um terço é de cobrança administrativa a cargo da Secretaria da Fazenda, que meu colega Eroni também liderou no final da gestão passada, fez um trabalho muito bom: R\$ 159 milhões foram recuperados em 2016, 8% - dois terços é judicial, somente o Judiciário pode decidir. Se o Judiciário não decidir, eu não tenho como arrecadar a dívida ativa.

Aqui um comparativo: Porto Alegre é disparado a Capital que mais cobra a dívida ativa, e nós vamos avançar nisso, nós não estamos dizendo que nós estamos satisfeitos, mas essa solução mágica que muitos apresentam: “Por que não cobram a dívida ativa? Porque não combatem a sonegação?”, Porto Alegre já tem feito isso. Nós

podemos avançar? Podemos, mas só 30% das receitas da Prefeitura de Porto Alegre são próprias – IPTU, ISS e ITBI. O restante é federal e estadual.

Nós começamos esse fluxo de caixa apresentado, que é o fluxo que nós temos para 2015, que iniciou o ano, faltavam R\$ 815 milhões. Somado com a dívida de fornecedores e caixa único, são R\$ 507 milhões. Para eu pagar o que tinha contratado, compromissado no início da gestão e ainda honrar a dívida passada, faltaria R\$ 1,3 bilhão, que seria 30% a mais de receita. Eu teria que aumentar receita própria - transferências estaduais e federais - em 30%, ou cortar 30% da despesa.

Aqui, se alguém tal alguma dúvida sobre as projeções de receita, a gente deixa à disposição também. Nós estamos projetando crescimentos em diversas receitas próprias – IPTU, ISS, ITBI –, mas outras receitas que não dependem da nossa gestão vão cair.

O que nós já fizemos? Reforma administrativa: reduzimos de 37 secretarias e órgãos de contato direto com o Prefeito para 15. Corte no número de CCs: hoje, o corte já remonta R\$ 53 milhões por ano, quase R\$ 5 milhões por mês, dentre outras medidas que já foram tomadas.

A última tela que eu queria mostrar. Hoje, quanto a Prefeitura ainda precisa para pagar todas suas contas: R\$ 732 milhões. Quando é que vai faltar dinheiro? A partir de maio. Esse número vai mudar, ele muda todos dias. Agora, vai chegar em maio, nós teremos que fazer escolhas. Aí eu questiono, Vereadores: o que não pagar? O que não pagar? Nós apresentamos as despesas da Prefeitura. O que não pagar? As medidas que nós estamos tomando vão demorar algum período; muitas vão passar por esta Casa, e os Vereadores vão ter que discutir e decidir as medidas que nós vamos tomar para resolver esse problema de maneira estrutural.

As últimas questões aqui. Essa situação das finanças de Porto Alegre, os números são da Secretaria da Fazenda, e, a partir de maio, nós teremos que fazer escolhas, que terão que ser compartilhadas. Encerro a minha fala para não me alongar muito. Estou à disposição para perguntas; qualquer dúvida estamos por aí. Obrigado, agradeço aos Vereadores a atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Secretário Leonardo. O Sr. Eroni Numer, ex-Secretário Municipal da Fazenda, está com a palavra.

O SR. ERONI NUMER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde. É com bom grado que estou aqui para falar. Recebi um convite para que a gente discutisse as finanças de Porto Alegre, o qual aceitei, embora não seja obrigado, porque acho que o tema é demais importante para a sociedade porto-alegrense. Vou tentar apresentar algumas questões que são muito semelhantes, até porque, como o colega Leonardo disse, a equipe da Secretaria da Fazenda é qualificada e continua trabalhando na Prefeitura. Então, os números são os mesmos, apenas com algumas divergências de opiniões sobre como podemos interpretá-los. Quando a gente

discute finanças é bom que a gente tenha um histórico de tudo o que aconteceu. Aqui apresento os resultados orçamentários desde o início da gestão que encerrou em 2016, contemplando também o resultado primário. Como podem notar, nos 12 anos em que a administração se apresentou, raros foram os anos em que nós tivemos resultados negativos. Em ambos os cálculos, apenas em dois, e neste último no resultado primário. O ano de 2014 foi fundamental para que a gente retomasse o resultado positivo porque, com três anos consecutivos de resultados negativos, implicaria na impossibilidade de o Município auferir financiamentos. Então, o ano de 2014 apresenta este número relevante para que a gente conseguisse avançar em alguns financiamentos. A crise, por sinal, começou a dar sinais já em 2014, agravando-se muito em 2015 e 2016. Neste quadro dá para notar muito claramente o que aconteceu: em termos de receita total, de 2014 para 2016, foram R\$ 568 milhões a menos – aí vocês podem imaginar o que isso representa no caixa da Prefeitura de Porto Alegre, o que causa nas finanças! Só para que terem uma ideia - o Leonardo já colocou isso - nosso principal problema são as transferências. As transferências da União reduziram em R\$ 77 milhões, e, do Estado, em R\$ 137 milhões, e o resto da conjuntura fez com que nós tenhamos a diminuição em torno de R\$ 560...

(Aparte antirregimental.)

O SR. ERONI NUMER:... No ano! Esses valores são no ano. Nós tivemos essa apresentação. No lado da despesa, aí começa a questão da Administração Municipal, também se apresentou queda por medidas administrativas que o Governo tomou. No entanto, há limitações nessa redução. Então, nós diminuimos, mas, infelizmente, com a possibilidade de um patamar muito menor. Nós conseguimos diminuir na ordem de R\$ 272 milhões, sendo que em outras despesas correntes foram R\$ 223 milhões, que é justamente onde a Administração Municipal tem a possibilidade de manobra um pouco maior.

E aí, quando falava nos resultados orçamentários e primários, importante destacar a situação da dívida da Prefeitura. A Prefeitura tem uma dívida oriunda dos financiamentos para as obras da Copa e do Pisa, agora, recentemente CAF e BID, que refletem naquilo que temos que pagar também. Mas é importante salientarmos, principalmente, a condição em que Porto Alegre se encontra. Nós estamos com 21,7% de comprometimento da dívida, num limite que podemos atingir de 120%, ou seja, ainda temos uma capacidade de buscar financiamento superior a R\$ 5 bilhões. Então, esse é um número que nos deixa, de certa forma, tranquilos. E essa tranquilidade reflete na condição que Porto Alegre tem, segundo o conceito da STN, de capacidade. É um conceito B, que significa que a situação fiscal é forte, com risco de crédito muito baixo. Então isso possibilita novos financiamentos, com um legado que a Administração Fortunati/Melo deixa para a Cidade, que vou passar rapidamente em função do tempo. Mais recentemente, esse investimento de 73 milhões de dólares da CAF para questão da orla, para conclusão da revitalização, para execução de 43 obras de pavimentação comunitária, isso dentro do Orçamento Participativo, que é um item importante para a

Administração, além de outras estruturações, como a recuperação de 43 quilômetros de vias públicas.

Outro financiamento já garantido também diz respeito ao BID, que são recursos destinados à educação. Serão implementados naturalmente dentro da educação e destacamos, principalmente, a construção de 24 novas escolas no Município de Porto Alegre.

Além disso, já conhecido de todos, os recursos do Pisa, que possibilitaram a construção da Estação de Tratamento de Esgoto em Porto Alegre; o cercamento eletrônico dos parques Farroupilha e Marinha do Brasil; e ainda mais 492 milhões em obras de mobilidade. Esses recursos ficam, alguns na programação de 2017, que ingressarão; mas as obras, aquilo que é atendido à população, ficará eternamente, independentemente de quem faça a inauguração, de quem corte a fita na inauguração dessas obras.

Isso não basta, em Porto Alegre precisaria, além desses recursos, também agir, e se agiu. O Leonardo já ressaltou aqui a importância da nossa receita própria; e eu fiz um comparativo, de 2005 a 2016, nós crescemos na receita própria, em termos reais, 53%. Isso representou R\$ 660 milhões. A receita própria, a Administração Fazendária do Município, sim, deu o seu recado. Para que vocês tenham esse número presente, o Leonardo trouxe um quadrinho, e eu o traduzi de uma forma diferente. A Receita Federal do Brasil teve uma queda real de 5,95%, enquanto a receita própria do Município cresceu 2,1%. Se tivéssemos tido o mesmo desempenho que a Receita Federal, teríamos perdido mais de R\$ 107 milhões. Mas ainda insuficiente.

Fizemos, nesse período, um leilão de índices, que redeu mais de R\$ 140 milhões. Com o aerolevanteamento, voo feito com a finalidade de recadastrar imóveis, corrigindo-os dentro de Porto Alegre, visitamos 55 mil imóveis, com 19 mil alterações cadastrais, resultando em R\$ 67 milhões. A nota fiscal eletrônica foi implementada nessa gestão e já conta com mais de 26 mil empresas emitindo notas fiscais eletrônicas, possibilitando melhor controle pela Administração Fazendária. Ainda fizemos um Refis, em 2015, que rendeu R\$ 112 milhões; e conseguimos cobrar mais de R\$ 150 milhões da dívida ativa em 2016.

Na parte da despesa também fizemos nosso tema de casa. Várias medidas foram adotadas, e reduzimos, no período de 2013 a 2016, mais de R\$ 130 milhões. Fora isso, importante ressaltar que a reestruturação da Secretaria da Fazenda possibilitou a criação da Central de Licitações – Celic. Com essa nova forma de administrar, a Celic rendeu R\$ 300 milhões aos cofres do Município. Além disso, tivemos a possibilidade de criar um setor de cálculos judiciais para averiguar as ações judiciais contra a Prefeitura, com a parceria da Secretaria da Fazenda e PGM, conseguindo economizar mais de R\$ 95 milhões.

Aí começam as divergências de interpretação. Porto Alegre vem sendo administrada muito bem, no meu ponto de vista. Aí nos comparamos sempre com o Estado do Rio Grande do Sul. O atual Governo fez uma comparação da situação financeira do Município de Porto Alegre – que é difícil, todos nós sabemos e nunca negamos isso – com o Governo do Estado, só que não usou todos os elementos iguais.

Na comparação não foi considerado, no cálculo do Estado, o caixa único, mas foi considerado no nosso cálculo. Se considerarmos o caixa único do Estado, em que os saques são na ordem de R\$ 15 bilhões, a comparação se inverte. E usando os mesmos critérios, a situação do Estado é cinco vezes pior que a do Município de Porto Alegre. Então, esses são os números, mas a gente não pode deixar de colocar. Da mesma forma que foi usado, aqui o colega Leonardo coloca os números da apresentação feita, R\$ 507 milhões seria o déficit ou a dívida a pagar. Aqui nós também temos uma diferença para apresentar. Esses números todos, o Secretário Leonardo coloca aqui também, foram disponibilizados na internet. Nós temos uma opinião um pouco diferente: dos R\$ 507 milhões, R\$ 104 milhões são de empenhos que foram anulados. A própria lei de responsabilidade fiscal determina que quando há insuficiência de caixa, os empenhos não processados devem ser anulados. Nós tínhamos previsto, e esse número fecha, R\$ 139 milhões de empenho liquidados. E a projeção de saldo de caixa, no final do ano, ficaria em torno de R\$ 35 milhões. Então, nós providenciamos a anulação de R\$ 104 milhões de empenhos. Mas esses empenhos retornarão no ano seguinte, se forem necessários. Para dar um exemplo, na lista divulgada pela internet, constam R\$ 56 milhões que são destinados ao Previmpa. Nós fizemos uma negociação com o Previmpa, fizemos um parcelamento em 60 vezes, autorizado por esta Casa, que começará a ser pago em 2017. Então, entendo eu que não pode ser considerado na dívida de 2016, bem como nenhum empenho anulado poderá ser considerado assim. Se caso for necessária a execução de complementação, reempenha-se no ano seguinte, e a história passa a ser destinada ao ano seguinte. Empenhos não pagos na ordem de 140 milhões. Esse é um número que o Prefeito Fortunati, inclusive, colocou no final do ano. A única questão que, da lista divulgada na internet, eu entendo que não deva constar, são R\$ 35 milhões também do Previmpa, que estão nas duas listas; portanto esses R\$ 35 milhões devem ser retirados, além de R\$ 4 milhões que têm vencimento em 2017 - então, esses valores, entendo que não sejam dívidas de 2016. A questão do caixa único já colocada: sim, nós fizemos o saque do caixa único de acordo com uma lei aprovada nesta Casa que possibilitou a administração do caixa único, mas todas as contas são da Prefeitura. Então, não existe uma data definida para que o caixa único seja ressarcido. Então eu entendo que isso não é uma dívida de 2016 também. Além disso, consta na Internet a informação de que R\$ 120 milhões teriam de despesa sem empenho. Na própria Internet, a configuração apresenta R\$ 72 milhões, mas nem é tão importante. Desses, nós consideramos e tínhamos conhecimento, mas por uma questão de fechamento de ano, tempo e a própria burocracia interna, ficou sem empenhar R\$ 45 milhões do DMLU e em torno de 9 a 10 milhões de reais da FASC - nós já tínhamos esse conhecimento e o consideramos no resultado do final do ano, que mais adiante explico para vocês. Então, pegando os R\$ 507 milhões, excluindo os empenhos anulados, excluindo o caixa único, as despesas sem empenho desconhecidas da Administração e mais os empenhos do Estado indevidamente, o Previmpa e o que venceu em 2017, R\$ 39 milhões, restaria uma dívida de R\$ 156 milhões, ao invés dos R\$ 507 milhões, que são de fornecedores diversos que o Município inclui em restos a pagar que, obviamente, tem que pagar a partir de 2017 em ordem cronológica.

Aqui, a questão do DMLU, que quero ressaltar, porque na apresentação que o Prefeito Fortunati fez no final do ano, ele apontou um déficit de R\$ 35 milhões, porque nós já tínhamos o conhecimento do DMLU e da FASC. Então, se considerarmos R\$ 45 milhões do DMLU e R\$ 9 milhões da FASC, nós vamos chegar a um número positivo de R\$ 21 milhões, que é o resultado contábil fechado no mês de janeiro, dentro daquilo que estava esperado e tínhamos a expectativa. Então já havíamos colocado, e o resultado normal nesse ano teria sido negativo mesmo de R\$ 35 milhões. É importante ressaltarmos nessa questão aqui que entrou no caixa, no dia 30 de dezembro, R\$ 46 milhões e ficaram R\$ 34 milhões. Ingressaram, fruto da antecipação do IPTU, nos dias 2 e 3, de R\$ 150 milhões. E aqui um dado muito importante que afeta demais as finanças do Município com relação àquela polêmica de antecipa ou não antecipa o IPTU: o Município saiu prejudicado, porque deixamos de arrecadar R\$ 50 milhões. E há um dado que nos preocupa: a inadimplência total do IPTU oscila na ordem de 16% a 20%, mas em relação ao IPTU parcelado, aquilo que não é pago via antecipação, supera os 40%.

Então, a medida de antecipação de IPTU não é só para receber antecipado, ela é também para garantir o recebimento, porque quase metade das pessoas que financia o IPTU acaba deixando de pagar. E um dado sobre fornecedores apresentado na tela anterior: se abrirmos só os meses de novembro e dezembro, é a grande maioria dos fornecedores que venceram em dezembro. Então, dentro da crise monstruosa que nós temos, ficarmos aí com esse número de fornecedores dos últimos dois meses não é uma questão assim tão grave. E aí, sim, o orçamento de 2017, foi apresentado a esta Casa, de R\$ 6,9 bilhões, que serão administrados em 2017 pela nova gestão.

Eu queria só colocar duas questões importantes: a questão de investimentos e de gastos, não importa para a população de onde vem, se é do caixa único ou se é de financiamento, o que importa é a obra em si. Então, se buscarmos, com a capacidade que temos de financiamento, o importante é que a gente entregue as obras para a população. Isso é muito importante. E sobre a questão de pessoal: nós temos sempre que lembrar o seguinte: o maior gasto de uma Prefeitura tem que ser com pessoal, porque o ente é eminentemente prestador de serviço e tem que prestar serviço através de pessoas. Se diminuirmos o comprometimento com pessoal, acabaremos certamente tendo que fazer terceirização, e só vai se deslocar o dinheiro da rubrica pessoal para a rubrica contratos terceirizados. Obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Conforme o combinado com os nossos dois convidados, em seguida estaremos enviando para o *e-mail* dos Vereadores o conteúdo das duas apresentações. Vamos fazer algumas poucas cópias para deixar para consulta durante a continuidade dos trabalhos.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar o Secretário atual e o ex-Secretário, que não era obrigado a comparecer – foi um convite – à Câmara de Vereadores; o Simpa, que nos acompanha na tarde de hoje, com vários municipais, diante da gravidade do tema, eu diria, porque mais uma vez essas duas explicações mostram uma diferença das informações de, no mínimo, R\$ 322 milhões.

O Secretário Busatto falava que nós tivemos uma crise e que é preciso compartilhar as alternativas para resolver este problema. Eu quero dizer ao Secretário que, na verdade, nos vemos a tentativa, num projeto nacional, de jogar esta crise nas costas dos trabalhadores.

Ontem, no almoço da Federasul, a fala do Marchezan foi no sentido de dizer que os municipais vão ficar até quatro meses sem salário e, ao mesmo tempo, apresentando uma série de benesses aos grandes empresários do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre.

Nós precisamos também discutir a questão nacional, porque, é verdade, existe uma crise econômica e diminuem os repasses. Nós sabemos disso e concordamos com que os repasses estaduais e nacionais foram reduzidos, mas este projeto que o PSDB defende e aprovou no Congresso Nacional é uma PEC que congela em 20 anos os investimentos em saúde, educação e segurança, o que vai diminuir ainda mais o repasse dos recursos para os Municípios. Então, na verdade, as medidas que estes governos têm defendido são de austericídio no sentido de massacrar o conjunto da classe trabalhadora.

Ontem foi votado pela Câmara o projeto da terceirização, que é um escândalo do ponto de vista dos direitos dos trabalhadores, e que só tem gerado mais crise, mais desemprego, e, ao mesmo tempo, acúmulo para os que estão em cima, para as grandes elites econômicas e políticas.

Sobre as questões de Porto Alegre, tem quatro temas sobre os quais eu queria perguntar: o Secretário falou e o Prefeito Marchezan tem falado que o comprometimento com a folha é 60% da arrecadação. Nós participamos, no ano passado, de todas as negociações da greve - inclusive criticando a proposta do Governo passado com relação ao aumento da inflação, apenas e parcelado -, e naquele momento o comprometimento era de 47%. Nós fizemos um levantamento, pelo portal transparência, e chegamos, no limite, a um comprometimento de 52%. E o Prefeito tem dito, em vários lugares, que o comprometimento da folha é de 60%. Na nossa opinião, existe uma clara tentativa de aumentar o percentual de comprometimento com a folha para justificar essa política de terrorismo e ameaça aos direitos dos trabalhadores municipais. Então, nós queremos saber dos dois secretários. Porque nós acompanhamos o ano passado, acompanhamos o portal transparência e temos a convicção de esse dado está superestimado.

Com relação à quantidade de CCs. O Governo tem dito que diminuiu o número de CCs. No mês de janeiro, foram publicadas no DOPA 284 exonerações; em fevereiro, foram 111 exonerações, totalizando 395. E o Governo tem dito que cortou 400 CCs. Só que nos meses de janeiro e fevereiro deste ano ocorreram mais 116

nomeações de CCs, que o Governo não tem colocado no cálculo. Então, aí, já é uma redução menor. Eu perguntaria para o Secretário Busatto se na opinião dele a informação de que o Governo Marchezan diminuiu em 400 o número de CCs da Prefeitura, porém quando vamos analisar chegamos a 268, se não acha que é uma redução muito discreta entre janeiro e fevereiro, de menos de 30% e se essas novas nomeações têm sido usadas para fazer uma maioria política.

Queremos também perguntar sobre as obras da Copa. Evidentemente houve obras que nós, obviamente, criticamos muito à época, muitas que inclusive não foram acabadas até hoje, e houve um aditamento. Queria perguntar a ambos os Secretários qual foi o impacto provocado nas finanças municipais pela utilização não prevista desses recursos do caixa da Prefeitura para as obras da Copa, para serem concluídas em 2014 - que, aliás muitas não foram - e tiveram recursos aditados.

Sobre as finanças municipais, ainda, acho que tem esse dado importante da correção em relação à comparação esdrúxula que o Marchezan faz, dizendo que é uma crise pior do que a do Estado, quando, na verdade, nós sabemos que no Estado tem uma crise estrutural e que as medidas do Sartori só pioram a situação da crise, em vez de reaver os recursos da Lei Kandir e buscar uma negociação justa para o Estado do Rio Grande do Sul, mas a crise aqui é conjuntural, sobretudo de repasses. Nós temos a informação, Secretário, de que a arrecadação própria do Município teve um aumento de 213%, entre 2004 e 2016, e não uma redução dessa questão das receitas. Então, nós queremos perguntar para o Secretário Busatto sobre essa questão dos dados da transparência com relação aos percentuais de comprometimento, que são obviamente muito inferiores à questão do Estado. E segundo, para finalizar, se o senhor não acha esdrúxulas essas medidas sendo anunciadas que passam pela privatização e pelo ataque de direitos da categoria que, na verdade, deveria ter os salários priorizados, porque é trabalho que foi desenvolvido, trabalho que não é parcelado e que sofre cotidianamente com essa política de ameaça e terrorismo do Governo Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Secretário Busatto, Secretário Eroni, obrigado pela presença de ambos aqui na Câmara de Vereadores. Eu que não sou muito bom de números, ainda sou daqueles que fazem contas de matemática com lápis atrás da orelha, igual aos velhos armazéns do interior, então já me desculpo antecipadamente pelos erros de matemática que eu possa fazer. Agora, dá para fazer duas constatações aqui, sem provocações. A primeira é que o Governo Marchezan não inventa, mas aumenta, como diz o Nelson Rubens, aumenta muito! Não inventa, mas aumenta. E a outra constatação é que só notícia boa sai, as ruins não saem, mas isso é a parte da administração. O Nelson Marchezan é o Prefeito, ele tem o direito e até obrigação de fazer essas coisas. Aliás, eu até quero

elogiar uma atitude da Prefeitura feita ontem e parece que hoje de manhã também, de limpar a Rua da Praia e deixar as pessoas caminharem por lá. No fim da tarde, eles voltaram, de novo. Eu tenho uma sugestão para dar, de como fazer, mas isso a gente dá para o amigo Ricardo, nosso colega, Vereador, mas pelo menos a atitude foi boa. Tem que ter atitude. Agora, eu não sei, eu fiquei com uma dúvida, Secretário Busatto, se no que falta para terminar as obras da Copa está incluído, por exemplo, o viaduto da Av. Plínio Brasil Milano, que está listado como obra da Copa. Então, eu acho que é até uma brincadeira. É claro que falta, mas ainda não começou a obra. E esta obra é financiada, e também não veio o dinheiro do financiamento. E têm outros tantos dinheiros que não chegaram ainda, que são dívida do ano, são despesas do ano. A Orla, por exemplo, que é financiada pela CAF, conforme vão andando as obras, a CAF vai botando dinheiro. O asfalto da Av. Protásio Alves e um monte de asfalto bonito que estão sendo feitos na Cidade agora são em função dessa obra da Orla, que está contratada e que está trazendo dinheiro da CAF; então, acho que temos... Os Senhores tem a obrigação de cuidar dos números e cuidam muito bem, por que são competentes em números. Em números, eu não sou muito bom. Mas, eu acho que tem de ver o que é mesmo. Como estou botando uma despesa do ano, por exemplo, faltam R\$ 350 milhões para terminar as obras da Copa. Se esse viaduto, por exemplo, e eu só botei um viaduto, por que passo lá todos os dias, está listado, mas não está começado, não recebeu financiamento, vai receber o financiamento para fazer o viaduto. Então vamos ver o que é mesmo que falta fazer. Acho que, sim, tem de terminar aquela obra da Av. Ceará, quanto dinheiro faltou para pagar? Falta tanto! Está certo! Falta terminar a Av. Cristóvão Colombo. Sim, falta terminar a Av. Cristóvão Colombo, mas quanto falta para terminar, quanto tem de atrasado para pagar das obras já realizadas e quanto falta para terminar aqueles metros da saída? O maior problema, certamente, não é a falta de tempo para fazer, mas o atraso que tem com os fornecedores. Claro que tem atraso com fornecedores. E a única arma que eles têm é não entregar a obra. Na obra lá perto do aeroporto, falta quase nada, mas o construtor, que fez investimento e não recebeu, está usando o que ele tem para barganhar. Então, queria só fazer este pedido para que se dê a real. Aqui ninguém vai fazer *round* de ganhar ou perder, Secretário Busatto, não é a nossa intenção. Nós só queremos saber, porque o pessoal nos pergunta lá fora. Muitas vezes, as pessoas que não leem o portal transparência, nós perguntam como é que é essa dívida do viaduto. Por exemplo, me perguntaram se estava incluído o Viaduto da Av. Plínio Brasil Milano, se estava incluído tal obra. Então é isso, vamos botar qual são as obras que faltam terminar, quantas estão atrasadas, o que foi feito e quanto falta para terminar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): As apresentações dos Secretários já estão disponíveis nos *e-mails* dos Srs. Vereadores e para consulta aqui, se alguém assim o desejar. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Muito obrigado, Presidente. É um prazer receber o antigo Secretário e o Secretário Busatto para esclarecer essas posições de finanças, as quais a gente já tinha discutido na Comissão de Finanças e Orçamento. Inicialmente eu não tinha intenção de falar, mas ficar ouvindo algumas considerações e algumas afirmações que na minha opinião são de outro planeta me imputaram o dever de vir a esta tribuna. A Ver.^a Fernanda Melchionna, do PSOL, chama de esdrúxulas as proposições de privatizações e retirada de direitos. Os Vereadores de esquerda, muitas vezes, nesta tribuna, culpam o neoliberalismo, uma intenção de ataque deliberado aos trabalhadores e fazem um discurso que beira um universo paralelo, como se a gente não vivesse na pior crise que o Brasil tem visto na sua história recente. Aliás, se a gente olhar para bastante tempo atrás, a gente não tem visto crise tão forte quanto a crise que esse tipo de ideias causaram. O que acho realmente esdrúxulo é fazer política fiscal irresponsável, impor burocracias, barreiras ao desenvolvimento de negócios, privilegiar certos setores para ganhar favores, como temos visto no nosso País, e muito tem sido feito por alguns desses partidos, com o apoio do seu Partido, Ver.^a Fernanda Melchionna, que a senhora ajudou a eleger e defender Dilma Rousseff, e depois estoura a crise decorrente deste populismo, que de fato atacam os direitos. Depois, vocês fingem que o filho não é seu. O filho é de vocês, embalem e criem. Agora, não venham, nesta tribuna, chamar de esdrúxulas as políticas de privatização, de redução de gastos do Estado, de redução de impostos, como costumam fazer. No *top 20* do IDH, que saiu recentemente, apenas dois países do *top 20* do IDH não estão no topo do índice de liberdade econômica. Sabe o que isso quer dizer, senhoras e senhores? Liberdade econômica favorece o desenvolvimento humano. É isso que a esquerda ignora até hoje. Precisamos falar sobre liberdade econômica, e precisamos tratar isso dentro do Município, como estão fazendo aqui os Secretários, e não vir aqui fazer discursos rasos, chamando de esdrúxula a privatização. Privatiza, sim, privatiza quanto for possível. Liberdade econômica, sim! Eu estou esperando até hoje os trabalhadores brasileiros fugirem para os Estados Unidos para ganharem seus direitos nos Estados Unidos. Tem tanto direito nos Estados Unidos! Afinal de contas, o Brasil é um dos países que mais protege os trabalhadores. Por que os americanos não estão fugindo para o Brasil para trabalhar? É porque temos uma grande rede de direitos? Ou porque somos solapados por essa política populista que vende direitos, mas que cobra deles o sangue, o suor e o trabalho para lhe entregar míseros serviços públicos. Então, chega desse discurso. Estamos privatizando, é pouco. A Carris, R\$ 50 milhões de prejuízo, privatiza. E vamos para frente, vamos mirar para o desenvolvimento econômico e vamos olhar qual País está fazendo certo e não ficar olhando o que dá errado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente, meus caríssimos Secretários, é um prazer imenso tê-los aqui hoje à tarde para fazer esse debate. Eu tenho certeza que com o Portal Transparência, Leonardo, que assumes essa função, nós vamos dialogar e discutir algumas questões. Não vou entrar em questões muito técnicas, apesar de que eu passei muitos anos na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento e hoje tenho o prazer de estar na CCJ, mas eu quero levantar alguns problemas acerca da arrecadação de Porto Alegre. Hoje, permitam-me, vocês, senhoras e senhores, cidadãos, prestar uma homenagem a um grande Secretário do passado, José Eduardo Utzig, que no início dos anos 2000 escreveu um documento - “Lapidar” - que apontava que lá em 2013, a Prefeitura de Porto Alegre começaria a entrar num espiral de problemas e que poderia causar um redemoinho nas finanças e causar enormes problemas para a cidade de Porto Alegre; por isso, eu rendo minha homenagem. Tivemos a perda de um grande militante do meu Partido, José Eduardo Utzig, que apontava para esse problema de Porto Alegre, isso que não era possível se ter ideia dos problemas da crise financeira do País e do Estado. Tirando a questão do ISS, Camozzato, que diminuiu um pouco, e as outras que ficaram razoavelmente equilibradas, portanto, significa perda também, porque a inflação ficou entre 5 e 7% em cada anos neste período, nós temos um problema, sem dúvida nenhuma, aponteí várias vezes, no ISS; isso que nós melhoramos essa situação, nós resolvemos o problema de serviços terceirizados; agora, Secretário, a Cootravipa não pagar ISS, desde a época de 1990, por causa desta Câmara Municipal, e quem estava aqui nessa época é culpado. É culpado! Não adianta vir agora. Eu tentei fazer uma vez, lotaram o Plenarinho, e eu não apanhei por pouco. Isto é inaceitável: alguém que presta serviço para Porto Alegre, que ganha uma babilônia de dinheiro, um contrato de R\$ 1 milhão, significaria 2,5%. Façam a conta, quanto seria de dinheiro de ISS. É uma concorrência? Eu quero aqui chamar os liberais, especialmente o DEM, foi o primeiro partido a se dizer liberal aqui dentro e nunca fez absolutamente nada sobre esta questão da elisão, porque isso, para mim, é elisão fiscal. Então, cobra-se de quem tem que ser cobrado para ter equanimidade, não tem esta de que um tem privilégio e o outro não tem. Então, o ISS é um problema, temos que resolver essa situação, porque os trabalhadores da Cootravipa não têm nenhuma benesse; pelo contrário, não têm benefício fiscal nenhum. É pior do que a privatização que aprovaram ontem no Congresso Nacional, da qual poucos aqui falam. Porque a questão da Cootravipa, há dez, doze anos, estou falando aqui, mas até os liberais são privatistas nesse ponto, muito mais do que eu, que sou do PT e sou de esquerda. Vamos adiante.

Um dos grandes problemas nossos são as transferências correntes e as transferências da União - baixaram enormemente. Então, nós temos que ter um debate sobre a questão da crise e temos que discutir exonerações fiscais. Eu escrevi, eu sou do PT, Ver. Robaina, que estava errado exonerar ICMS, IPI e o escambau dos automóveis. Estão aí poluindo, estragando o transporte coletivo de passageiros, e o que empregam essas empresas? Quem emprega é microempresa, as pequenas empresas, essas que empregam gente, e não essas grandes empresas de fazer automóvel, cada vez com mais problemas, pois os mesmos duram muito menos. Então, esse é o grande debate. Temos que ajudar a Prefeitura, porque aqui é o seguinte: ninguém vai se salvar, nem a

esquerda, nem a direita, Ver. Camozzato, nem a esquerda, nem a direita. E quando Vossa Excelência falar de esquerda, tenta mostrar que nem toda esquerda é igual à esquerda, como nem toda direita é igual à direita, porque tem direita e direita também. Vamos aos fatos que têm que nos ajudar. Temos que, inclusive, poupar as obras. Secretário Leonardo, pague os pequenos para não quebrarem, como lá na Tronco. Alguns precisam ser pagos para a obra continuar, porque houve um prejuízo imenso. Eu estive com o Secretário Elizandro lá, Presidente, que viu que tivemos uma despesa incrível, porque a obra parou. Concluindo, então, sucesso na gestão, dialogaremos muito, cobraremos muito, Leonardo, mas é pelo bem da cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, ex-Secretário Eroni e atual Secretário Busatto, senhoras e senhores, colegas Vereadores, acho que o pior defeito, um dos grandes defeitos da alma humana é a ingratidão. Eu não sou daqueles que vira o cocho nem que cospe no prato que comeu; digo isso, porque fui Secretário duas vezes do Governo Fortunati e fui Líder do Governo Fogaça aqui na Câmara. O que posso dizer a respeito disso é que, quando o Fogaça assumiu, Ver. Camozzato, ele recebeu do PT, nessa visão que V. Exa. bem aponta, de irresponsabilidade fiscal, uma Prefeitura com um déficit, havia dois anos, de mais de R\$ 300 milhões. Começaram a fazer essas generosidades - entre aspas - com o dinheiro dos outros, para atender às suas clientelas e às suas corporações, e, de novo, vem esse discurso aqui, discurso que, de certa forma, se reproduz, Secretário Eroni – desculpe, de forma muito fraterna –, no seu discurso, quando disse que a maior despesa tem que ser com pessoal. O hábito faz o monge, e talvez o cachimbo entorte a boca! Eu não acho que a maior despesa tem que ser com pessoal; na minha concepção, a maior despesa tem que ser com aquilo que a sociedade precisa de um Governo, não com pessoal. Pessoal é um meio para o Governo executar aquilo que a sociedade espera, portanto a maior despesa deveria ser – e não é, no Brasil – em investimento com infraestrutura. Nesse aspecto me permita discordar. Talvez V.Sa. fale isso porque a Fazenda, de fato, é um lugar privilegiado, a Procuradoria é um lugar privilegiado, e eu estou dizendo essas coisas porque disse, dentro do Governo. Quando nós criamos a SMPEO, e acrescentamos quase R\$ 90 milhões por ano em despesa, eu disse que aquilo era um equívoco; quando nós cindimos a SMIC na Secretaria do Trabalho, para acomodar interesses políticos, eu disse, dentro do Governo, que aquilo era um equívoco, que não precisava, porque nós tínhamos feito a requalificação do Sine, aberto um Sine na Restinga, determinado que não se fizesse mais convênio com entidade picareta, que todos os convênios de qualificação fossem pelo Sistema S, mas aí se resolveu ir lá e abrir o Sine. Eu vinha dentro do Governo, Ver. Mauro Zacher, apontando que nós tínhamos, até o Governo Fogaça, caminhado em um

sentido e depois começamos a caminhar noutra, com 37 secretarias. Eu falei isso dentro do Governo, então não me acusem de deslealdade, porque o meu compromisso é com a Cidade e o nosso mandato. É o juramento que cada um de nós fez aqui.

Agora eu pergunto: como se sai de uma crise, Presidente? Saímos, primeiro, arrumando em casa, racionalizando despesa e cortando aquilo que se pode cortar. Mas a gente sai de uma crise, todos os Governos fazem isso, aumentando receita. O grande problema é que os Governos querem aumentar receita - aí não importa se é de esquerda, extrema-esquerda, de direita - sempre metendo a mão no bolso do contribuinte, aumentando imposto. Eu fiquei muito assustado, Secretário Busatto, quando veio essa semana, em um período também de Comunicação, dizer que vai ser revista a matriz tributária. Para mim, isso já está escondendo o intento de aumentar imposto. E nós não vamos aceitar! O que V. Exa. apresentou aqui, para mim é muito flagrante: o IPTU de Porto Alegre não cresce! Cresceu em 2014, era um número; em 2015 decresceu um pouco e em 2016 foi o mesmo de 2014. Por que não cresce o IPTU? Estou falando isso há anos! Levaram o Leilão de Índices para a Fazenda, é uma ferramenta urbanística, não tinha que estar lá! Aí fizeram três leilões desertos no ano passado, porque não tinha que estar lá! Quem vai comprar índice não compra, porque depois não consegue aprovar na SMAM, na SMURB. E o Governo que ganhou a eleição em outubro até hoje está perdido, não sabe o que fazer! Quando estamos querendo ajudar desde novembro, dizendo que tem que fazer uma reestruturação no urbanismo, no meio ambiente, seguir o exemplo de outras cidades, desburocratizar, porque lá na SMURB tem o que a gente chama de bloco de lutas. Chega um empreendimento para investir, o pessoal de ultrasquerda, servidor, dá sempre parecer contrário. Eu digo para eles: “Gente, vocês, matando um investimento, vocês estão matando a geração de receita da Cidade!” Mas parece que eles não entendem! E matam a “galinha dos ovos de ouro”! E Porto Alegre se tornou uma cidade rançosa, com anti-investimento, antidesenvolvimento econômico e, portanto, nós não apontamos o caminho de como sair da crise. E estamos vivendo isso. A Procempa devendo 80%...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: ...DEMHAB, Presidente, custar para o Município? Mas nós temos a ferramenta do Solo Criado; 80% do dinheiro desses índices que não vende, era para financiar o DEMHAB! Mas por que não viabiliza isso? Tem que pegar dinheiro do Tesouro e botar lá? Não! Viabiliza a construção civil que torna autossustentável a construção para pessoas carentes! Como é que a Procempa gasta 80? A Procempa é um monopólio! Eles recebem o dinheiro todo mês, e mesmo assim na se paga! E gasta 80% da sua despesa com pessoal! Esse negócio do Morro do Osso, uma desapropriação absurda, para o Município ter que pagar R\$ 300 milhões, numa visão tacanha, esquerdista, que foi lá e desapropriou, como se não tivesse que pagar, como se o Estado pudesse tudo!

Então, é muito complicado isso que está acontecendo. Nós vamos padecer por muito tempo como sociedade. E eu lamento que nós tenhamos chegado ao ponto que chegamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, demais que acompanham esse debate. É um debate muito estranho, na minha lógica, porque estou chegando de volta a esta Casa, e aqui passei por momentos de vários governos. É a terceira vez que volto a esta Casa. É lógico que aqui uma base muito forte do outro Governo que agora se estabelece em blocos, independentes, hoje estão, amanhã podem estar. Mas na realidade, eu não quero aqui, Busatto e Eroni, ter pretensão de discutir com vocês uma questão orçamentária, mas preciso dar opinião, pela experiência que tenho, que naturalmente aprendi aqui e na Assembleia.

O que me chama a atenção... Eu estava numa festa em Belém Novo e encontrei quase 500 livros desses, que diziam que a Cidade estava uma maravilha. Deve ser o orçamento participativo. Não fica bem claro aqui, mas balanço das finanças públicas. Como eu não estava aqui não sabia dos orçamentos. Mas quero colocar para vocês que este relatório é do final de 2015. A carta que foi entregue a esta Casa dizia o seguinte, de acordo com o Secretário Municipal da Fazenda, Jorge Tonetto, que eu queria que viesse aqui, mas não veio, não quis vir, foi chamado na Comissão, e hoje deveria estar aqui. Resultados: a utilização de mecanismos cada vez mais eficientes como os contratos de gestão - não sei se a gestão é boa ou ruim -, a nota fiscal de serviços eletrônica e a atualização do cadastro de imóveis, possibilitou atingir índices acima de outros Municípios, sem aumentar impostos. Mas aqui me chocou, a partir de agora. O resultado positivo, 2015, de R\$ 231,2 milhões permitiu à Capital gaúcha superar os percentuais exigidos pela Constituição Federal na aplicação dos recursos, tanto na área de saúde quanto da educação. Até parece que a saúde vai uma maravilha na Capital. Outras áreas que receberam maior repasse de recursos foram: urbanismo, R\$ 172,4 milhões; saneamento, R\$ 80,4 milhões; e habitação, R\$ 102,3 milhões. Surpreende-me negativamente que, em 2015, diz aqui o relatório, não sou eu que estou inventando, está aqui, o Secretário anterior que não teve a coragem de vir aqui, Jorge Tonetto era o responsável, disse a esta Casa que, no final de 2015, tinha R\$ 231,2 milhões de superávit. Aí, chega no final de 2006, a Prefeitura está quebrada. Isso é uma boa ou uma má gestão? Eu aprendi que essas ficções, que muitas vezes são apresentadas, não são um demérito, Busatto e Eroni, vocês são excelentes profissionais, mas essas peças orçamentárias geralmente não fecham, elas iludem porque, na realidade, não se aplica aquilo que está ali determinado porque se chama uma peça orçamentária para o outro ano e não são efetivadas na prática. Aqui, nesta Casa, também fui Vereador para dizer que as coisas vêm coincidentemente na mesma direção.

Quando o PT foi governo, eu estava aqui, o DMAE emprestou dinheiro para salvar a Prefeitura na gestão do PT, quando já estava definhando, nas últimas. Por fim, quero concluir dizendo que não confio nessas peças orçamentárias, elas não fecham, o efetivado não é o que realmente é feito. A partir deste ano, penso que a Casa – estarei aqui e temos a Comissão de Finanças bem qualificada – possa avaliar melhor essas peças orçamentárias e esses orçamentos determinados no final de ano, na apresentação do resultado final, como o que está aqui, o ano de 2016 acabou com um déficit estratosférico como dito, enquanto a SMOV está sucateada, o DEMHAB sucateado, a FASC sucateada. Esses órgãos não têm mais condições hoje de ajudar a sociedade ou de melhorar a Cidade; estão sucateados...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra.

O SR. ANDRÉ CARÚS: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu participei, não de toda, mas de uma parte importante da reunião da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, que é presidida pelo líder da nossa bancada, Ver. Idenir Cecchim, quando o Secretário Busatto fez uma primeira apresentação a respeito da situação das finanças públicas do Município naquela oportunidade. E gostei do que disse o Secretário quando dividiu com a Câmara quais elementos que compõem as despesas municipais que podem ser cortadas para que possamos superar as dificuldades que hoje são enfrentadas. Mas, no mérito, quero fazer algumas considerações: esse ponto específico de quais despesas hoje existentes na Prefeitura que podem ser cortadas, porque muitas dessas despesas que devem ser cortadas o Sr. Prefeito assumiu compromisso durante a campanha. E pego um exemplo claro disso: O Sr. Prefeito enviou para cá, em janeiro, uma reforma administrativa com impacto financeiro não muito claro, não explicou para a sociedade ainda qual o resultado de economia para os cofres públicos das estruturas que foram extintas. Ressalte-se que o PMDB e este Vereador votaram favorável à reforma. Esperamos que a segunda etapa da reforma, que deve vir em maio, contemple isso, porque a radicalização da transparência, nesse caso, não está valendo.

Segundo ponto: cargos comissionados. Foi um festival, no Diário Oficial, de atos tornados sem efeito semana passada. Então, é muito bom ir lá no “Tá na Mesa”, da Federasul, colocar que exoneraram um número importante de CCs, quando se renomeiam os CCs, e não existe uma economia concreta nesse aspecto. Também é muito fácil dizer que vai se estabelecer um teto para os cargos comissionados no Município. Eu já vi duas opiniões sobre teto: uma, de que os todos os cargos comissionados ficariam no valor linear de R\$ 8,9 mil. Mudou de ontem para cá: agora, é

o salário do Prefeito. As anomalias que existem nesse tema o Poder Executivo tem que esclarecer.

Se foi boa ou ruim a gestão das finanças em Porto Alegre, dos serviços, como o Ver. Cassiá questionou aqui da tribuna, eu divido a pergunta com ele, porque ele pertenceu a um partido e pertence, hoje, a outro, e ambos fizeram parte dos 12 anos da administração que esteve à frente da Prefeitura, ele pode nos ajudar a responder. Inclusive, indicou várias pessoas para compor esses governos, ele pode nos ajudar nesse sentido. O Ver. Valter foi muito feliz quando colocou uma expressão lá da nossa fronteira, Vereador, que diz que a gente não vira o cocho. E a gente tem que reconhecer os erros e os acertos, então, o cumprimento por ter citado essa expressão a respeito disso.

Acho que tem um ponto que nós também temos que colocar aqui: em 12 anos da gestão Fogaça/Fortunati/Melo, dez anos, fechamos no superávit. Os últimos dois anos, se não fechamos, não é porque enfrentamos problemas idênticos aos do Estado, que são estruturais, mas porque, Secretário Eroni, também fomos vítimas da centralização absurda dos recursos da União e de uma crise econômica que é muito séria. Ambos os Secretários, o atual e o anterior, reconhecem isso.

Na questão da saúde, 21% foi a média aplicada nos 12 anos. Nós não temos a rede básica ideal e não temos os pronto atendimentos atendendo nas condições ideais, mas investimos. Na educação, a média, nesses 12 anos, foi de 27%. Então, em duas áreas essenciais que o Prefeito eleito usou na campanha como corolário do seu discurso de mudança, nessas áreas essenciais não têm déficit de investimento do Governo anterior. O Governo Fortunati, Fogaça, Melo, Eliseu Santos, saudoso, fez mais pela educação em 12 anos do que nos 16 da Frente Popular, por exemplo. Só em construção de escolas infantis nas comunidades que mais precisam, foram R\$ 4 milhões investidos em obras fundamentais. Eu não sei de onde se tirou essa história de que a SMOV está sucateada, Ver. Mauro, eu nunca ouvi isso. Parece que a SMOV só funcionou quando se ficou um ano e pouco lá, e depois nunca mais voltou.

A questão da FASC, se hoje a população adulta de rua aumentou em Porto Alegre, não foi por falta de investimento! Talvez tenha sido problema de gestão.

E também tem um ponto aqui que é importante esclarecer; por que o atual Governo fala que o gasto com a folha de pagamento está em 60%, quando, na verdade, ele representa 47,5% no Município? É alto? É, mas nós não podemos distorcer os números, porque transparência radical é honestidade com a inteligência do povo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, senhores e senhoras, que bom que está acontecendo este momento, Ver.^a Fernanda – iniciativa da bancada do PSOL

apoiada por nós. Acho que é muito importante, porque a nossa Casa tem responsabilidade, a gente vem dizendo desde o início do ano, em compreender e opinar sobre a situação das finanças, uma vez que as consequências são para a Cidade, em especial para os municípios.

A primeira questão que para mim salta aos olhos – cumprimento o Secretário Leonardo Busatto, o ex-Secretário Eroni Numer: eu concordo com o Cecchim, que a soma que é feita pelo novo secretário é uma soma artificial; eu não diria que ela é aumentada, é uma soma artificial. Eu pego tudo, tudo que eu devo, e “olha só, isso aqui é uma hecatombe”. Espera aí, o que a gente deve, tem tempo de parcelamento, a Prefeitura tem crédito, tem escalonamento, tem várias regras para diferentes contas. Isso já foi contraposto aqui, mas é muito ruim. A gente desconfia quando é apresentada uma hecatombe; inclusive fala-se que não é verdade, tipo a Prefeitura estar pior do que o Estado.

O segundo tema que também não dá para aceitar, Ver. Camozzato, é que a solução é privatizar. Primeiro por que a cidade de Porto Alegre não elegeu um vendedor de patrimônio, elegeu um gestor para as políticas públicas da sua Cidade, porque é uma barbada vender patrimônio; chegar e dizer: isso aqui eu vendo porque não está bom! Isso aí não interessa para a cidade de Porto Alegre, pois ela quer respostas. Então, menos dedica-se ao Governo que passou por que todas as críticas foram feitas, contundentes. Eu aqui não faço apologia a nada, sendo que a gente elogiou apenas algumas questões. Mas, se a solução fosse privatização, não estaríamos instalando uma CPI aqui, por exemplo, porque privatizaram a telefonia, e ela está ruim e cara. Privatizaram a Vale do Rio Doce, e ela responde hoje pelo desastre em Mariana, pelo fim de um rio, pela morte de pessoas, com lucros indo para iniciativa privada em cima do nosso patrimônio. Então eu pergunto a que veio o novo Governo? É isso que queremos saber! Nós queremos respostas. Aqui já foi falado dos CCs, mas vou dar um exemplo. Foi criado o banco de talentos - agora vamos reduzir CCs para só entrar com qualidade técnica. Na Carris foi recontratado um funcionário que foi denunciado por ser funcionário fantasma no outro Governo. A Carris, que é a bola da vez para ser privatizada, é a única empresa que despreza os passageiros, para quê? Para fingir que cumpre horário – testemunho dos motoristas e cobradores. Linha T1 – tem que sair daqui voando, com Recolhe no painel da frente, passar a PUC para entrar na tabela e começar a pegar passageiro, desprezando muitos passageiros, pegando meia dúzia de gatos pingados. E isso não é em uma linha, em um horário. Na Carris se prioriza - e essa é uma lógica predatória - que tem que correr, passar as paradas até entrar no horário de novo, deixando de pegar passageiros. Chega a doer, os cobradores dizem, quando passam por parada de ônibus lotada, indo pegar passageiros lá na frente. Essa é a lógica da Carris, é a lógica de uma empresa pública para dar déficit. Na Carris, desde que terceirizaram a assessoria jurídica, ela perde todas as ações que são impetradas contra ela. Isso é a afirmação dos trabalhadores. Ora, o que fez o novo Governo para sanear a Carris para mostrar que é bom gestor, para ter uma empresa referência para o sistema para cobrar das outras empresas eficiência, eficácia e redução de custos? Nada! Desde

que entraram, dizem que vão privatizar. Então estão se mostrando incompetentes e a Cidade não elegeu isso.

Nós temos dados importantes que mostram onde tem que enxugar, no custeio, por exemplo. Há uma previsão, em janeiro, só para serviços de consultoria, de R\$ 6 milhões. Poderia citar vários outros milhões de reais que estão previstos dentro do custeio e que dá para enxugar, e nós não ouvimos dizer que o Governo está priorizando.

O investimento que vem do BID, que são 80 milhões de dólares, com uma contrapartida de 80 milhões do orçamento, está lá previsto contratar proposta pedagógica, contratar indicadores de educação, faça isso com a rede municipal de ensino, faça isso usando inteligência que já está contratada, que já está sendo paga, que tem como fazer, se dispõe a fazer e está pedindo para fazer, ao contrário disso, está prejudicando uma política pública e vai gastar com consultoria fora. Está oprimindo, deprimindo professores, parando o ensino numa lógica autoritária, numa lógica predatória e vai gastar de outro jeito com consultoria. Então, está mostrando incompetência! Não vamos aceitar a versão de que a Cidade está quebrada, porque essa versão só serve a lógica anunciada por este Governo: privatizar! A prova é a Carris. Mostrem, primeiro, competência para governar e, depois, seremos solidários.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente Cássio, quero trazer aqui uma saudação fraterna e carinhosa aos meus colegas e amigos, ao Secretário Leonardo Busatto, atual Secretário da Fazenda do Município; e ao nosso colega e amigo, Eroni Numer, que foi o nosso ex-Secretário da Fazenda do Município de Porto Alegre; eu não tenho dúvidas, e é bom dizer que, na verdade, a Fazenda do Município esteve em boas mãos com o nosso Secretário Leonardo Busatto. E quero dizer da nossa possibilidade de convivência, que vem de décadas, sempre na atuação e no olhar todo especial para as finanças públicas. E quando se olham finanças públicas, nós não podemos nos restringir a olhar Porto Alegre; quando se trata de finanças públicas, olham-se as finanças públicas da União, do Estado e do Município, porque uma reflete sobre a outra. Os reflexos que ocorrem em Brasília, certamente vão, em decorrência disso, refletir no Rio Grande do Sul e também em Porto Alegre. E eu quero registrar que ouvi atentamente as apresentações, exposições e os números apresentados pelo Leonardo, nosso Secretário, e pelo Eroni, nosso ex-Secretário, e os números são os mesmos. Apenas um olhar diferenciado em alguns dos pontos que aqui se apresentaram. Eu quero registrar que estamos satisfeitos com aquilo que ouvimos e sabemos que as questões financeiras públicas – e não é novidade para ninguém – estão com debilidades causadas por uma série de problemas. E eu vou registrar um dos grandes e principais problemas: a roubalheira nacional. Feito isso, eu ouvi atentamente a posição de diversos Vereadores, o meu querido Cassiá também, e nós estamos aqui na Câmara, claro,

querendo sempre contribuir com o Município, com o cidadão do Município e para isso com a Administração Municipal. Quando aqui se falou, Ver.^a Sofia, nas nossas consultorias, eu me lembro quando estava na Fazenda do Estado, que apareceu a consultoria de Minas Gerais, encantada por todos os governos, e principalmente pelos empresários. A salvação da pátria, e eu velo o encaminhamento, e nós, lá na Secretaria – e o teu pai, meu querido Busatto, foi meu Secretário, eu era Diretor da escola –, dizíamos: “Nós temos capacidade”. Não. Contrataram consultorias, gastaram milhões, e hoje um dos piores exemplos do País em termos de finanças públicas é exatamente Minas Gerais. Então, consultoria externa é bom para dar pitaco. Agora, quem conhece do setor público somos nós do setor público.

Por outro lado, eu também vou me atrever a dar um parecer, um conselho, se conselho é bom. Eu ouvia o nosso querido Prefeito falar do não dar continuidade às obras, e o Ver. Adeli Sell falou disso também. Eu acredito que a conclusão das obras que estão iniciadas é boa para o Executivo, é boa para a Câmara, é boa para a Cidade, mas, antes de tudo, é muito boa para o cidadão. E nós temos, sim, capacidade de buscar recursos e concluir as obras que estão aí, que vão, sim, dar um belo salto na qualidade de vida de todos os porto-alegrenses.

No mais, por que houve essa grande diferença de um ano para o outro, meu querido Ver. Cassiá Carpes, nos resultados? Não podemos esquecer que a União deixou de repassar ao Município R\$ 77 milhões no ano, e o Estado, R\$ 133 milhões; isso expressou R\$ 200 milhões a menos, que é, mais ou menos, entre as divergências que existem, o furo que aconteceu e que está para acontecer. E nós estamos juntos para contribuir nesse processo. Aquele velho abraço, sucesso para ti, meu querido Leonardo; um abraço também ao Eroni; e a todos que estão conosco, essencialmente ao nosso Partido PSB. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Primeiro, eu queria colocar para o Ver. André Carús que o Ver. Cassiá Carpes não indicou nenhuma pessoa para o Governo Marchezan. E só para seu conhecimento, eu tinha, há oito anos, três funcionários trabalhando na Prefeitura e os três foram demitidos já, na redução de custos, só para o seu conhecimento. Motivos da crise: todos nós sabemos que o Governo Federal, no jornal de hoje, já disse que o déficit orçamentário é de R\$ 58 bilhões e o déficit primário previsto para o fim do ano é de R\$ 139 bilhões de reais no Governo Federal. Com isso – e o meu Ver. Ferronato já colocou números importantes e corretos -, só o SUS, o ano passado, em 2016, deixou de enviar R\$ 80 milhões de reais para Porto Alegre. E aí o Governo Municipal teve que aumentar o investimento na saúde, a nossa obrigação é de 15%, foi aplicado 21%.

O Governo do Estado, todos nós sabemos e vivemos essa crise, meu ilustre Ver. Alvoní, também deixou de repassar, somente na saúde, aproximadamente R\$ 50 milhões de reais. Claro que, com a crise financeira de todo o Estado, também o ICMS foi reduzido, ou seja, as receitas do Município em 2016 foram menores, bem menores do que o previsto. Consequentemente, a área municipal também vive a crise federal e estadual, porque é o reflexo, nós não somos uma ilha separada. As receitas diminuíram e as despesas tiveram seu crescimento vegetativo normal. Então, houve uma discrepância entre receita e despesa. Com o atraso das obras, estas tiveram reajustes, tiveram outras necessidades. Portanto, o reajuste não é financiado pela Caixa, sai do tesouro do Município. Então, sobre essas coisas é bom que a gente fique sabendo. Vou dar um pequeno exemplo, uma preocupação séria que eu tenho. A Prefeitura, em contrapartida, construiu, com financiamento da Caixa, as obras do Loteamento Porto Novo, lá da Nova Dique, as últimas casas para realocar. Construiu, houve atraso, houve reajuste, e esse reajuste não é financiado pela Caixa. A mesma coisa no Loteamento Senhor do Bonfim, para transposição da Vila Nazaré. Também houve atraso, também houve reajuste, também houve desembolso da Prefeitura. E agora a tristeza: a respeito de ambos investimentos da Prefeitura e da Caixa para realocação importante dessas duas vilas, algo necessário para implantação do aumento da pista do Salgado Filho, as áreas foram invadidas, estão invadidas até hoje, trancando um investimento importante para a economia do nosso Estado. Então, são essas coisas. Agora, o Governo Marchezan reduziu de 37 para 15 Secretarias, o resultado dessa redução será em breve apresentado. Reduziu também já o Governo Fortunati no seu final e em janeiro e fevereiro o Marchezan 500 CCs, embora tenha já contrato aproximadamente 80, ou seja, uma economia de R\$ 53 milhões ao ano. Essa primeira fase, Sr. Presidente, é de redução de custos, é importante. A segunda etapa será...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a todos. Eu quero saudar os dois Secretários presentes. Não vou me estender para falar do Secretário Leonardo. Alguns vão me acusar de legislar em causa própria, mas não posso deixar de testemunhar aos senhores e parabenizar o Secretário Leonardo pelo esforço que ele fez no início deste Governo, uma ginástica muito grande, principalmente para pagar o repasse das creches conveniadas do exercício anterior, que, no mês de janeiro, não tinham sido pagas. Mas todos aqui devem saber que o Secretário Leonardo tem pais que devem ter influenciado muito no seu DNA, no seu jogo de cintura, que são a nossa ex-colega Clênia Maranhão e o Busatto.

Eu queria te agradecer, Fernanda, por este momento, apesar de ter sido, vamos dizer, crítico, nesta Casa, o termo convocação dos Secretários, até porque nenhum dos dois nunca se negou a vir à Casa, e eu, marinheiro de primeira viagem, fui surpreendido, porque era uma questão regimental. Fui estudar. Vamos deixar claro que, pelo art. 139, poderia ser feito em termos de convite e não por convocação. Isso para, na frente, a gente poder convidar os Secretários para estarem aqui com mais cuidado.

Pedi a palavra para falar sobre a questão do teto que hoje saiu no jornal Correio do Povo, com as palavras do Prefeito, Carús. No teu enunciado, eu compreendi que tu deves, na hora de falar, ter trocado. O teto estipulado para os servidores será de R\$ 19.400,00, que é o teto do Prefeito; e o dos CCs, no caso, continua sendo R\$ 9.300,00 e alguns quebrados. Inclusive, na reportagem de hoje tem uma questão de legislação na questão dos CCs, que tem que ser mexida. O Prefeito explicou de uma maneira rápida.

Não posso deixar de citar também o que o nosso colega e professor Cecchim falou. É muito importante que a gente reconheça – ainda mais nós, que apresentamos nesta Casa a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Centro Histórico – a ação e o esforço da Prefeitura na Rua da Praia ontem, a saudação, o elogio ao trabalho de várias frentes, como o Secretário Ricardo Gomes e o Secretário de Segurança. Aquilo também mexe muito nas finanças do Município, porque nós temos que, sem sombra de dúvida, defender os comerciantes que empregam, as pequenas empresas que estão ali e que, às vezes, têm na sua porta vários e vários comerciantes irregulares. E o nosso professor Adeli Sell nos dá aulas sobre isso todos os dias. Então, quero saudar o Secretário Ricardo pela ação de ontem, na Prefeitura, e também todos os envolvidos.

Sobre a matemática financeira aplicada – que, eu confesso, não fui muito bem na faculdade -, fica fácil de compreender, depois de ouvir o Ver. Airto Ferronato, nosso contador oficial, nosso professor. Concordo com o colega Ver. Valter Nagelstein, sobre despesa de pessoal, o quanto se paga e o quanto a população está cansada dessa máquina pesada, que, na realidade, infelizmente, por alguns gráficos que vemos aqui, praticamente ficamos pagando para ela existir. A única observação que faço aqui ao Secretário Eroni, é que acredito que caixa único tem, sim, que fazer parte das finanças e da projeção.

Para não me alongar, quero dizer ao Ver. Adeli Sell que eu concordo com o seu posicionamento sobre várias coisas, sobre esquerda e direita poderíamos passar o dia inteiro discutindo, porque eu me considero um cara de esquerda, sempre fui. Ver. Adeli Sell, sobre o caso do ISS, conta comigo, sempre, no caso da Cootravipa, que eu também acho um absurdo. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde. Eu considero que a situação do Município não é pior do que a situação do Estado, mas, sinceramente, temo que fique pior do que a situação do Estado se a linha do Governo continuar a linha que vem sendo adotada.

Com relação ao tema das finanças, eu não tenho dúvida de que existe crise nas finanças, e é uma crise estrutural da economia brasileira, uma crise que atinge o setor público, sobretudo porque, atualmente, quem comanda o nosso setor público – e aí começam as nossas graves diferenças – está realizando uma política a serviço de corporações privadas que garantem, com suas atividades econômicas, não apenas a taxa de lucro normal de uma economia capitalista, mas o superlucro oriundo de todo o tipo de fraude e processo de corrupção. Nós estamos, por exemplo, vivendo um agora, aqueles que defendem as grandes corporações capitalistas, como a saída para o nosso País deveriam se pronunciar sobre a crise da carne, que pode provocar a demissão de milhões de trabalhadores. E essa demissão de milhões de trabalhadores e a perda de mercado das exportações do Brasil não são sem a responsabilidade das corporações privadas que administram essas empresas. Portanto o problema nacional não é simplesmente a discussão sobre a necessidade de enxugar o setor público, o problema nacional é que hoje nós temos uma lógica em que domina o lucro como único objetivo e temos uma lógica em que o setor público está a serviço dessas corporações. Então o problema com o Governo Marchezan, em primeiro lugar, embora exista, de fato, uma crise, é a sua opção de como enfrentar essa crise. E o Governo Marchezan já está demonstrando, em três meses, que já escolheu o vilão! Ou seja, o problema fundamental da crise de Porto Alegre são os servidores públicos municipais! Eu já escutei várias vezes aqui a necessidade de enxugar os gastos do Estado. Pois o que eu tenho visto de enxugamento dos gastos do Estado são os enxugamentos que tiram, por exemplo, o lazer e o esporte de idosos, de pessoas velhas e velhos que agora vão começar a não ter o centro de comunidade com o mínimo serviço que antes oferecia. E olhem que o Governo anterior era ruim! Mas muito ruim! E a administração financeira foi péssima! E eu tenho medo de que aquela velha máxima de que sempre as coisas podem ficar piores, de que a gente possa piorar, e que este Governo consiga piorar em relação ao Governo anterior. Nós começamos o ano com conflito na educação municipal que não tem a ver propriamente com finanças públicas, e o Governo Municipal vai querer recuperar as finanças públicas como? Enfrentando os servidores? Desestimulando o trabalho dos servidores? Fazendo terrorismo com os servidores? Eu acho que seria bom, em primeiro lugar, começar a discutir as medidas mais importantes. A primeira delas é a cobrança da dívida ativa. Nós temos que priorizar essa discussão, e o Marchezan, como Prefeito, tem que começar a dizer quais são as grandes empresas que não estão pagando o Município. Eu também, evidentemente, tenho uma diferença de fundo com o Governo, porque o Governo acha que não pode usar o caixa único. Acho que se pode usar caixa único, acho que é preciso evitar uma crise com o pagamento de servidores, utilizando caixa único. Agora, evidentemente, que utilizar o caixa único, em qualquer administração, vai significar, depois, repor esse caixa único. Agora, ninguém vai me convencer de que nós não podemos, por exemplo, aumentar a receita de imposto sobre

serviços, quando vejo aqui nesta Câmara qualquer tipo de isenção sem nenhum tipo de critério. Aliás, uma das isenções, sem a explicação devida, foi a isenção dos ônibus. Uma renúncia fiscal, nesse ano, de dezessete milhões. Diziam que era para evitar o aumento das tarifas. Nós entramos com um pedido de investigação no Tribunal de Contas do Estado, o Governo disse que...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: ...disse que iria esperar o Tribunal fazer a investigação, que iria demonstrar que os empresários de ônibus estão cobrando a mais e o Governo, agora, já encaminhou o aumento da passagem, apesar de ter feito uma renúncia fiscal de R\$ 17 milhões. Segue pagando - e isso nós vamos discutir, eu tenho um pedido de CPI nesta Casa - empresas corruptas que prestam serviço público. Desperdício de dinheiro público. Por fim, eu acho que nós temos de fazer um debate de mais fôlego, o que significa lutar pela inversão da lógica. Eu tenho também um projeto de IPTU, nós temos condições de aumentar a arrecadação de IPTU, pois, desde 1992, a tabela não é atualizada. Mas tem de ser sobre os grandes, não sobre a classe trabalhadora, não sobre a classe média.

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Secretário Leonardo, é um prazer recebê-lo aqui. O Senhor tem uma história nesta Casa, com a sua mãe e com o seu pai, mas muito mais pelo seu trabalho que é reconhecido. Temos conversado com diversas pessoas ligadas à Fazenda, e todas elas falaram do seu excelente trabalho lá na Secretaria da Fazenda. ex-Secretário e sempre Secretário Eroni, a gente sabe das dificuldades dos números, e para nós é muito importante essa reunião, quase uma reunião de trabalho, eu diria, porque na verdade todos temos que buscar, juntos, as soluções, e não ficarmos discutindo e buscando culpados. Quando a gente fala na crise, é óbvio que existe uma crise econômica no País, no mundo inteiro tivemos crise econômica, e olhando os números, até fica difícil a gente conseguir fazer todas as colocações, porque a gente está pegando os números agora para compararmos e olharmos, mas quando a gente olha nos dados que o Secretário Leonardo nos trouxe, na questão de receitas, no ITBI, em 2014, foi de R\$ 293 milhões, depois baixou, em 2015, para R\$ 258 milhões, e voltou a R\$ 260 milhões em 2016; Mesmo 2016 sendo maior do que 2015, nominal, será menor por causa da

inflação, então nossas receitas, principalmente as receitas municipais, que dependem muito mais do Município, todas elas caíram devido à crise econômica de 2014-2016. Então, se nossas receitas diminuem, e a Cidade não tem muita mágica, porque são poucas receitas próprias do Município, nós vamos ter dificuldade, até porque se fala muito na nossa despesa com pessoal, e o pessoal não se tem muito que fazer. Nós temos os CCs, que se enxugou um pouco, mas também não faz grande diferença, e os funcionários do quadro efetivo de carreira, não tem o que fazer, eles estão ali, vão indicar, vão passar para a folha a aposentadoria, o PREVIMPA boa parte deles ainda depende do Município para pagar, então não se consegue enxugar muito a curto prazo. Claro que a nossa gestão da Cidade é fundamental, e precisamos... Quando se fala: “Ah, mas enxugaram o quadro”, nós temos que entender, e fui Presidente da Casa em 2015, e colocamos aqui o ponto eletrônico não só como controle de efetividade, mas também como ferramenta de gestão, que nos dá a possibilidade de conhecer melhor a Casa, e tenho certeza de que o Presidente Cassio quer avançar ainda mais na gestão da Casa, a gente vê o quanto, às vezes, as mudanças, até mesmo pelo advento da Internet e a facilidade de gestão podem ser uma forma de economizar em pessoal. A Casa aposentou no último período mais de 40 funcionários, e não foram recolocadas pessoas. E vão dizer: o organograma antigo era maior ainda. Diminuiu o número de pessoas e o trabalho continua se fazendo. Claro, o organograma, tanto do Município, que até não conheço tanto, como o da Casa, é de 20, 30 anos atrás, quando não tínhamos o sistema eletrônico, Internet. Hoje, uma pessoa consegue fazer o trabalho de forma muito mais efetiva. Talvez algumas funções não precisem de um organograma tão pesado. Então, é uma forma de se buscar uma reestruturação, mas a longo, e não a curto prazo. Então, nós entendemos tudo isso, Secretário. Agora, o que nos preocupa é quando se fala que vão faltar recursos e que nós temos que cortar gastos. Mas nós aqui temos que ter a preocupação de como buscar recursos, como buscar aumentar a nossa receita. E aí, o que me preocupa é que nós temos um trabalho muito longo a ser feito. Porque nós temos dificuldade quando se quer abrir uma empresa na Cidade, por exemplo; quando se quer realizar uma obra, é muito demorado, Ver. Cecchim, e o senhor que vem do setor de obras, que gera empregos, gera receitas, e muitas vezes para abrir uma empresa em Porto Alegre leva um ano.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Então, nós temos uma dificuldade de criarmos receita, nós temos que melhorar as nossas condições de trabalho, para que a gente possa buscar essa receita, como nós vamos aumentar o nosso ISS, num momento de crise? Eu conheço pessoas que querem abrir uma empresa em Porto Alegre e levam quase um ano para fazer isso. Elas já poderiam estar há um ano gerando riquezas para a Cidade. Quando a gente tem que buscar inovações de como melhorar a nossa gestão, do Município, para que a gente possa incentivar a busca de recursos. Outra questão, que foi até citada pelo Ver. Robaina é sobre alguns cortes, como a Secretaria Municipal de

Esportes, o valor é muito baixo, quase que é somente o quadro pessoal, e que as pessoas vão continuar recebendo numa Secretaria ou noutra. Então, acho que nós poderemos rever esses tipos de situações. Acho que há alguns cortes que compensam, porque ele é muito pequeno. A Secretaria Municipal de Esportes, sua política pública não é só o esporte, mas esporte, recreação. Eu sou totalmente a favor de que a gente possa rever, porque o orçamento dessa Secretaria é muito pequeno e ela tem uma repercussão muito grande na comunidade, principalmente, no esporte, no lazer dessas pessoas. Então, eu gostaria de fazer este apelo ao senhor, que pudesse discutir melhor, junto conosco, esta situação da Secretaria Municipal do Esporte, de como a gente pode buscar uma solução para ela, até mesmo com parcerias.

Quanto a essa questão das receitas, eu acho que é fundamental, e esta Casa, ao invés de nós ficarmos discutindo, se vamos pagar ou não vamos pagar salários, se vai faltar dinheiro em maio, se vai faltar em junho, nós temos que nos debruçar sobre como esta Casa e estes Vereadores, junto com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre - independentemente de ser situação, oposição ou independentes -, sobre como todos nós temos que ter uma posição única nesta Casa. É a discussão junto com o Executivo sobre como nós podemos modificar, através de projetos de lei, de discussões com a sociedade, junto com estes Vereadores, e para buscarmos saídas, de como buscar recursos para a Casa. Como vamos melhorar a capacidade administrativa da Cidade para trazer empresas para a cidade de Porto Alegre, para que essas empresas possam gerar emprego, que possam gerar renda? Eu acho que é esta a discussão que nós temos que fazer aqui, Ver. Cecchim: como nós, Vereadores, podemos ajudar, não a Prefeitura, mas, sim, a sociedade, a cidade de Porto Alegre. Todos nós temos ideias, viemos de diversos setores, nós temos que nos unir e fazer este debate, de que fazer para melhorar, para incentivar para que a Cidade cresça e busque recursos. Porque se fala capacidade de buscar endividamento da Cidade, mas endividamento, trazer recursos através de endividamento para quê? Eu acho que, se vamos buscar recursos exteriores é para que esses recursos nos gerem mais recursos financeiros no futuro. Não adianta, não vamos querer buscar dinheiro para pagar salários. Não que os salários não sejam necessários, mas nós temos que pagar salários, buscando formas de gerar de riquezas, gerar mais impostos, mais ISS. O ITBI, por exemplo, caiu de 2014 para 2015, 2016. Por quê? Porque o mercado está desaquecido. Como podemos fazer para reaquecer o mercado, para que se volte a aquecer o mercado da cidade de Porto Alegre? Como podemos fazer para melhorar o ISS, além de cobrar, e sei que a Prefeitura, a Fazenda tem buscado isso, sempre buscou e que tem as melhores taxas do País na forma de cobrança. Mas como nós vamos fazer, não só para cobrar os que estão aqui, mas para incentivar sem aumentar imposto. E é importante isto, nós não queremos, Ver. Felipe, aumentar impostos, nós queremos gerar novas empresas, que gerem novos impostos e novas frentes de trabalho, não buscar aquela fórmula simples de aumentar impostos e os que já pagam pagarem mais, e sim cobrar de quem eventualmente não está pagando e dar incentivo para que novas empresas venham para a cidade de Porto Alegre, para que sejamos atrativos e competitivos como os demais Municípios, para parar de perder empresas, que acabam saindo de Porto Alegre porque não conseguem uma licença, não

conseguem, por vários motivos, e, muitas vezes por incompetência nossa de gestão, as empresas acabam se afastando da cidade de Porto Alegre. Então, é essa a discussão que temos que fazer, e acho que esta Câmara de Vereadores tem que ser parceira para, junto com a Prefeitura, não por este Governo, mas sim pela cidade de Porto Alegre, buscarmos saídas para que a gente consiga honrar com todos os compromissos da Cidade, principalmente com os nossos servidores, para que recebam os salários em dia e prestem um excelente serviço à população que confia no trabalho, de um jeito ou de outro escolheu essa representação que está lá e nós Vereadores também, para que possamos, juntos, não ser situação ou oposição, mas termos posição de buscar a melhor saída para a cidade de Porto Alegre. Conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, quero dizer que não me arrependo nem um pouco de ter aprovado esta proposta que veio da Ver.^a Fernanda Melchionna – me parece, Robaina, se bem me recordo. Parabéns, Presidente, quero saudá-lo, porque já é o terceiro Secretário que vem a esta Casa em menos de três meses, e temos também a presença do Eroni. São convidados, acho que quando a Casa convida, convoca ou, enfim, está debatendo assuntos da Cidade diretamente com aquele que está na execução, está cumprindo na plenitude o seu papel. Então, acho muito bom, quero, Presidente, não só saudá-lo, mas quero que tenhamos mais estes momentos não só no dia de votação, quinta-feira, mas que a gente ocupe o nosso plenário, preenche a nossa tarde, é bom a população que está acompanhando e isso permite que a gente faça um debate muito claro. Não foi dito nesta tribuna, mas eu acho que grande a missão de todas as lideranças políticas – eu tenho ouvido pouco, menos do que no passado, Carús – é sobre o novo pacto federativo. Os Municípios estão extremamente sobrecarregados em tratar assuntos que inclusive não são sua prerrogativa, assuntos como segurança, que impõem aos prefeitos fazer investimentos e não há orçamento, há uma pressão presente em investimentos em relação à saúde pública, à educação. A Capital acaba absorvendo milhares de gaúchos que vêm para cá, sem dar nenhum tipo de contrapartida.

Quero lembrar o que o Eroni trouxe na sua fala, e eu tenho alguns números comigo, quer dizer, um Governo que investiu na média acima daquilo que exige a Lei de Responsabilidade Fiscal em Educação: 26,6%; em Saúde: mais de 21%. Nós aumentamos na área social, passamos de um orçamento de R\$ 60 milhões para mais de R\$ 200 milhões. Significa que tem investimento na Capital em pessoas, porque essa é a nossa grande vocação. Esse tal de pacto federativo, pelo qual há tanto tempo brigamos, é o que pode possibilitar uma folga no orçamento do Município para que a gente possa fazer investimentos. O Prefeito Marchezan tem, com os secretários e com algumas lideranças do OP, dado várias ordens de início de obras que o Prefeito Fortunati foi na CAF! Ora, se não tem o recurso do caixa! E deixou R\$ 74 milhões para a orla. Vão ser

mais de 40 vias asfaltadas do Orçamento Participativo. Ele fez isso não porque quis, fez isso porque o caixa não dá mais conta para manter os investimentos necessários. Porque há pressão para mantermos a Saúde, a Educação, do funcionalismo, que é necessário. Investir em pessoas é a nossa grande missão.

Quero dizer, Secretário Leonardo, tu tens vários desafios, mas o primeiro deles é ter capacidade de enfrentar essa crise que nos fez perder nesses últimos três anos quase R\$ 600 milhões, que, mais ou menos, fecha a conta de um buraco estrutural fiscal, que é uma bela discussão. Mas essa crise diminuiu a nossa capacidade de investimentos e leva o Município a ter que usar o dinheiro dos fundos. Então a primeira missão será enfrentar essa crise, e não será fácil. A Fazenda do Município tem dado um grande exemplo para o País. Eu anotei, foram R\$ 140 milhões em leilão de índices. Foi o Aero que trouxe 67; foi o Refis que trouxe 112; foi captação da dívida, R\$ 150 milhões; foi a Selic que trouxe a economia na ordem de R\$ 300 milhões; foi o novo cálculo que trouxe a economia de R\$ 95 milhões. Só poderia uma Prefeitura como essa ser premiada pelo Ministério Público Federal e pelo TCE, uma Prefeitura com a maior transparência deste País.

Então, me orgulha e eu quero dizer isso, Secretário Leonardo, que muitos desafios tu terás, não é só a crise, é de ter indicadores parecidos com a gestão anterior. Você sucede uma equipe que trabalhou muito para enfrentar essa crise. Eu tenho certeza que V. Exa. tem capacidade, porque nós conseguimos deixar em caixa investimentos para a CAF, do DrenaPOA, do BIRD, enfim. E uma capacidade de endividamento invejável. Mas olha, se a capacidade é 120%, e nós estamos usando 20% da capacidade de investimento, quer dizer, Secretário, que tu tens aí um leque de possibilidades de captação de recursos, para que possa manter os investimentos necessários.

E por fim, eu quero dizer que uma das questões que me fez prontamente assinar e querer este convite – vou chamar de convite aos Secretários – pela Ver.^a Fernanda, é o fato do que saiu na imprensa, e que nos trouxe: Opa, ah, não estão fechando os números. Primeiro deles é com relação a que o Município tinha uma situação financeira pior da que do Estado. Não é verdade. Não foi usado o cálculo, do Estado, usar recursos que sacou do depósito. Bom, mas se não usou todos os números, evidentemente, nós temos aí uma discrepância com relação aos números apresentados. E a segunda questão, que é importante que se diga, que nós temos um gasto superior aos 60% com relação à folha. Os números também aqui não fecharam.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu escutando o Zacher, me deu vontade de fazer um balanço do governo anterior, que diz que estava tão boa a situação do governo anterior. Mas eu não vou fazer, Zacher, porque, de fato, acho que o caso... Já sabem a minha opinião, e as

eleições já mostraram isso. O que eu temo é que fique pior, porque é inacreditável, mas é possível. Nós estamos numa situação que é possível ficar pior. E voltei à tribuna por isso, para poder fortalecer uma posição que eu acho que tem que ficar clara, para que a sociedade tenha claro qual é a posição do Governo, qual é a questão que esta posta, qual é a opção que o Governo vai fazer para enfrentar a crise fiscal? É lógico que existe crise fiscal. Acho, como disse o Ver. Cecchim, que o Governo exagera na apresentação dessa crise fiscal, mas ela existe. O problema é qual é a política para enfrentá-la. E a forma que o Governo está trabalhando é só terrorismo sobre os servidores públicos. Isso é uma opção política e, para mim, a opção política é a única que pode explicar, por exemplo, por que o governo está tentando agora, neste momento, derrotar os professores municipais com um tipo de decreto que não tem alteração financeira, pelo menos não tem alteração financeira substancial, é uma alteração no funcionamento das escolas. A única lógica que explica isso é a tentativa de quebrar a coluna vertebral de resistência dos servidores públicos municipais, resistência essa que é o caminho para poder derrotar uma política que vai fazer com que os servidores sejam os vilões da crise, como se nós pudéssemos superar a crise fiscal do Município atacando professores, atacando todos os tipos de servidores. Essa é a lógica. E essa lógica é a que vai levar o Município, aí, sim, como uma profecia autorrealizável a ficar na mesma situação do Estado. Por isso o Secretário que apresenta números, e os números, de fato, não têm como mudar, a matemática não se altera, agora a política em relação ao que fazer com esses números se altera. O governo faz a opção, que é a de fazer o discurso de que não pode nunca ter aumento de impostos. Nós não somos partidários dessa linha, eu não acho que tenha que ter aumento nenhum de imposto, nenhuma carga impositiva maior para a classe média e para a classe trabalhadora, mas a burguesia de Porto Alegre paga muito pouco imposto. A especulação imobiliária em Porto Alegre paga muito pouco imposto. Estou apresentando aqui na Casa um projeto básico que é os proprietários que têm mais de cinco imóveis sem alugar durante mais de um ano tenham a carga impositiva aumentada. Então, temos uma política de imposto progressivo. Isso vale também para as questões dos serviços. Eu aceito ter isenção de serviços para muitos setores, sobretudo para os setores microempresariais, mas os grandes não precisam, grandes têm que pagar impostos. Então, vejo que o Governo tem que fazer uma decisão política. Se o Governo quer enfrentar os servidores públicos, o Governo segue essa lógica que é a lógica que o Prefeito Marchezan tem adotado até agora, de ficar dizendo o tempo inteiro, um dia sim e outro também, que os servidores públicos não vão receber o salário durante três meses. Isso é liquidar a possibilidade de ter uma parceria entre o Poder Público e os servidores públicos para resolver os problemas! Que ataquem, e aí sim nós temos defendido o tempo inteiro, os cargos de confiança. A Ver.^a Sofia fez referência aqui sobre o Carris, que segue sem ter nenhuma mudança na administrativa em relação à gestão anterior. A Carris segue paralisada e não está assim por causa dos trabalhadores que estão trabalhando menos, ao contrário, os trabalhadores rodoviários trabalham muito. A Carris está paralisada, porque a gestão é totalmente incompetente! O Prefeito Marchezan demorou um mês para nomear um Diretor-Presidente. Depois de nomeado, ele ficou 20 dias e pediu para sair, e aí dizem que a Carris está deficitária,

mas não tem como não ser deficitária se sequer tem uma administração! Então, são problemas desse tipo que vão fazer com que nós, como profecia autorrealizada, tenhamos duas situações no Município pior do que a situação de Porto Alegre. E eu quero insistir, Secretário, que também há outro problema: o problema da corrupção. O Governo anterior teve inúmeros gastos, não estou falando de algumas centenas de milhares, eu estou falando de milhões. Milhões de gastos com empresas envolvidas com esquema de corrupção. Eu estou falando do DEP, do DMLU, e estou falando de empresas que levam cerca de 100 milhões, por ano, da Prefeitura de Porto Alegre. E essas empresas seguem prestando serviço para a Prefeitura de Porto Alegre, péssimos serviços. Então, são problemas que a população precisa saber para que possa estar atenta e se mobilizar para defender os seus interesses. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu acho que nós tivemos uma apresentação muito clara de como se encontra a nossa Cidade. Realmente, nada está sendo inventado, nada está sendo ampliado e nada está sendo escondido. Nós temos contas reais da Prefeitura. É como eu chegar para a minha família no final do ano e dizer para ela que está tudo certo. Chegamos no final do ano com tudo resolvido, com tudo bem, só que eu fiquei devendo no armazém, que eu fiquei devendo no açougue, que eu fiquei devendo na farmácia, que eu fiquei devendo na oficina, que eu fiquei devendo para não sei quem, que eu fiquei devendo emprestado para o meu primo... É isso o que está acontecendo. Foram sacados dos fundos do Município – Fundo da Criança, Fundo do Idoso, fundo para moradia – R\$ 143 milhões. Alguém tem que pagar isso! Alguém tem que pagar isso, isso não aparece na conta! Empenho do caixa único, isso não aparece na conta. Isto acontece muito: o trabalhador fica desempregado, e, com vergonha de dizer para a família que está desempregado, ele sai de casa todos os dias de manhã no mesmo horário e tenta manter o mesmo padrão de vida. E o Governo, por muito tempo, fez isto: tentou manter o mesmo padrão de vida. Aí vem dizer que empenho devido... São R\$ 120 milhões.

Foi aprovada aqui uma pedalada de R\$ 140 milhões no Previmpa. As contas vinculadas... Então existem dívidas. São R\$ 650 milhões de empenho descoberto. São pessoas que prestaram serviço para a Prefeitura de Porto Alegre no ano passado – outubro, novembro e dezembro – e não apresentaram nota ainda; não tinham apresentado nota e foram apresentar agora. Então isso alguém tem que pagar, e quem tem que pagar é o atual Governo. Então como é que não tem dívida? Eu encerrei o ano, comprei a costela, a maionese, fiz a festa no final do ano e disse para a família que está tudo certo; só que eu esqueci que eu tenho que pagar o açougue, eu esqueci que eu tenho que pagar o açougue, eu esqueci que tenho que pagar a farmácia, eu esqueci que tenho que pagar o supermercado, eu esqueci que tenho que pagar tudo, o que é isso? A

Prefeitura está com dívida, a Prefeitura está devendo! Não podemos tapar o sol com a peneira. Está devendo! E aí é muito simples falar em obra que tem que fazer. Obra que tem que fazer com dinheiro da União tem que dar contrapartida, seja obra da Copa, obra paraolímpica, a obra que for, com o nome que for dado. As obras vieram para Porto Alegre e têm que serem feitas. Quando a Prefeitura fizer a obra, ela tem que dar a contrapartida, só que ela não tem dinheiro para dar contrapartida, como ela fala. E para muitas dessas obras foi pego dinheiro, assim como foi pego do caixa único, e usado para outras coisas. Então nós temos que pagar agora, nós temos que fazer agora.

Então, sobre o teto dos CCs – já foi dito aqui: é R\$ 9 mil. Hoje mesmo, o Prefeito anunciou que o teto vai ser igual ao seu salário. Aqui na Câmara estamos implementando o teto. Vai ser uma corrida para ver quem implementa primeiro. O Presidente Cassio, ainda hoje na Reunião de Mesa, falava que vai ser implementado aqui na Câmara, que faltam poucos funcionários para se adequar ao teto. Então, a Prefeitura vai implementar o teto. Agora, dizer que vamos tirar lazer de idosos – nunca falamos isso! Agora, não vamos tirar dinheiro da saúde, não vamos tirar dinheiro da assistência social, nós não vamos tirar dinheiro da educação, não vamos tirar dinheiro de áreas essenciais da Prefeitura. E nós em nenhum momento vamos deixar de falar a verdade para os servidores, para a população, em nenhum momento vamos ficar enganando as pessoas. Nós já chamamos o Simpa, mostramos a realidade da Prefeitura de Porto Alegre, assim como vamos seguir mostrando essa realidade. A Prefeitura está indo atrás de formas de honrar seus compromissos com os servidores e com os fornecedores, chamando os fornecedores e fazendo propostas de pagamento. Agora, a Prefeitura, em nenhum momento, quando participa de reuniões, promete benefício para empresário.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Ontem eu estava lá no almoço, junto com o Prefeito, representando a Câmara de Vereadores como 2º Vice-Presidente, claro, também como Líder do Governo, em nenhum momento o Prefeito falou em dar benefício a empresário nenhum, pelo contrário, o Prefeito chamou os empresários de Porto Alegre a contribuir. Chamou os empresários de Porto Alegre a contribuir, a darem a sua participação para a cidade de Porto Alegre, dando o exemplo que eles vivem num mundo diferenciado, que as pessoas que ali estavam vivem num mundo diferenciado, chamando as pessoas que ali estavam a ir conhecer a cidade que ele conheceu na campanha, ele que nasceu e se criou no Menino Deus. Convocou todos aqueles empresários, todas as pessoas que ali se encontravam, a ir conhecer a cidade que ele conheceu, e a contribuir para fazer esta Cidade crescer, se desenvolver e implementar políticas na área social, políticas na área da saúde, políticas que são necessárias. Agora, nós não podemos ver a nossa educação estar atrás de toda a educação do Norte do País. Não podemos ver a nossa educação estar atrás de toda a educação do Nordeste, temos que achar soluções. E soluções têm que ser achadas imediatamente, pois não podemos

ver os nossos alunos ficarem um período inteiro à disposição do crime. Não podemos ver os nossos alunos ficar à disposição, meio período, do crime. Então temos feito e procurado fazer coisas nesses 90 dias para melhorar a vida das pessoas em Porto Alegre. E vamos fazer coisas para melhorar a vida das pessoas na cidade de Porto Alegre sempre olhando no olho da população, sempre olhando no olho dos servidores do Município, mas sempre falando a verdade, sempre dizendo o que dá para fazer. Nós não vamos enganar ninguém, as pessoas não vão sair de dentro da Prefeitura com compromisso, não vão sair de dentro da Secretaria da Fazenda dizendo que vão receber e daqui a 30 dias vão voltar lá para sentar com o Secretário Busatto e dizer: “Mas, Secretário, se o senhor nos ajudar com uma clareza, com uma verdade do que dá para acontecer”. Esse é o compromisso do nosso Governo. Esse foi o compromisso assumido por nós, de falar a verdade, de discutir, de peito aberto com a população, a verdade da nossa Cidade. Esta é, no mínimo, a terceira vez que o Secretário vem aqui, na Câmara dos Vereadores. Esteve aqui espontaneamente apresentando ao grupo de Vereadores, depois, esteve na Comissão, e, agora, vem aqui de novo. Nunca se negou em estará aqui presente – nunca se negou! As contas estão abertas, as contas estão à disposição de todos os Vereadores, de toda a população de Porto Alegre. Agora, contas têm que ser pagas, porque senão nós não vamos concluir mais nada do que se tem que fazer. Estamos, amanhã à tarde, abrindo o primeiro posto de saúde com horário prolongado até as 22h, não é só um posto de saúde que vai abrir com horário prolongado, vão ter exames nesse posto de saúde com atendimento até as 22h. Esse é um esforço do Município, é um esforço dos servidores da área da Saúde, é um esforço coletivo, é um dos objetivos deste Governo, que prega falar olho no olho, que prega a transparência e que, com certeza, vai construir com esta Casa, com a população de Porto Alegre o melhor para a nossa Cidade, mas sempre através da transparência, através da verdade, mesmo que essa verdade não seja boa, que não seja o que as pessoas gostariam de ouvir. Sempre diremos a verdade às pessoas, jamais vamos ofuscar contas, dados e coisas que não poderemos fazer. Então, eu quero dizer ao Secretário Leonardo: mais uma vez, o senhor vem a esta Casa; mais uma vez, o senhor esclarece as contas da Prefeitura de Porto Alegre como um pai, como um chefe de família, como uma mãe esclarece as contas para sua família.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero, no período de oposição, das Bancadas do PSOL e do PT, fazer algumas considerações complementares ao primeiro bloco com relação ao projeto político que está sendo implementado pelo Governo, que é uma decisão política de atacar os servidores. Acho que vários Vereadores pegaram bem o tema da Carris, que foi um exemplo que a Sofia e o Roberto trouxeram, do desmonte deliberado de uma empresa pública que sofreu com a má

gestão do Governo anterior e entrou num déficit como nunca havia tido na sua história. Teve um tampão que saiu em 20 dias, uma verdadeira crise, em vez de chamar os trabalhadores para administrar, combater a má gestão e devolver a melhor empresa de transporte coletivo do País ao povo de Porto Alegre.

O tema dos esportes nas praças, o tema dos CRASs. Agora estamos vivendo uma crise em que sequer os telefones dos Centros de Referência da Assistência Social estão funcionando. O Governo desconhecia a existência dos CRASs, uma das poucas políticas para a população de vulnerabilidade, que precisam não só de investimentos, como de ampliação.

Na verdade, nós vemos um projeto em curso e a tentativa de repassar e tratar como inimigos os servidores públicos de carreira; repito: com a tentativa de superestimar o que se gasta com a folha de pagamento. Eu cansei de ouvir o Marchezan falar em 60%, o Secretário também trouxe a tentativa dos 60%, quando, na verdade, esta Câmara de Vereadores já se debruçou sobre isso. Nós fizemos uma pesquisa no Portal de Transparência, e ainda falta muito para esse comprometimento. Nós falamos também da crise, que, obviamente, não é pior que a do Estado, mas que é piorada com as políticas neoliberais implementadas pelo Governo nacional do PMDM, que o PSDB apoia, e, também, pelo Governo Estadual.

Também é preciso reconhecer que houve uma diminuição dos repasses federais e estaduais. No primeiro bloco, nós fizemos quatro perguntas ao Secretário. Eu faria mais duas, além de apresentar alternativas que revertem essa lógica e que partem de outra premissa, da premissa de que é necessário ter uma tributação que onere os de cima, para garantir os serviços públicos e os direitos da população de baixo. Em primeiro lugar, Secretário, o tema SIAT, eu lhe fiz essa pergunta na CEFOR, o senhor não respondeu naquele momento, disse que estava em tratativas. Não vou retornar ao tema de sustação do contrato da Consulti, com indícios de superfaturamento em R\$ 6 milhões, mas o IPTU deixou de ser arrecadado em R\$ 40 milhões em função do *software*, que não funcionava. E houve uma perda de receitas num montante bastante elevado naquele momento que, até agora, não voltou aos cofres públicos. Pergunto de novo sobre a questão do SIAT, e pergunto também sobre a questão das auditorias.

Nós estamos lutando nesta Casa para que haja uma CPI do DEP. O Ver. Roberto Robaina luta para que a Câmara cumpra o seu papel e abra um processo de investigação – que vai ter o apoio da nossa oposição, com a nossa assinatura obviamente – dos desvios que houve no DEP, do superfaturamento das obras dos buracos. Mas tivemos outros casos gravíssimos, como os R\$ 50 milhões na Procempa, como os mais de R\$ 20 milhões no Sollus, na saúde municipal. E os escândalos que totalizam R\$ 91 milhões, sem correção, e, com a correção da inflação, R\$ 138 milhões, o que é suficiente para cobrir muitos investimentos, porque nós não tratamos políticas públicas como despesas, nós temos a convicção de que políticas públicas são investimentos.

O Ver. Janta falou aqui que não vão reduzir os percentuais da educação: mas é óbvio que não vão, esses percentuais são constitucionais! Mas eles não investem mais na ampliação das escolas, Porto Alegre está num dos *rankings* mais baixos do

Brasil em oferta de vagas em creches para crianças de zero a cinco anos. Está sofrendo agora um ataque brutal, sem precedentes à gestão democrática na rede, que não envolve recursos, mas envolve uma concepção autoritária e neoliberal do processo de educação que é uma tentativa de desmontar os Conselhos Escolares, que, felizmente, têm resistido. Nós fizemos uma bela reunião ontem à noite, e eu agradeço a todos os Vereadores que compareceram e assinaram o ofício, em parceria com a visita que os Vereadores estão fazendo nas escolas e com outras iniciativas, para que façamos uma reunião com o próprio Marchezan, trazendo o tema da gestão democrática e da busca da garantia dos direitos. O Governo tem dito que defende os direitos dos estudantes, mas nós vimos os estudantes ontem aqui dizendo que estão com seus professores, que não querem autoritarismo nas suas escolas, os pais, as mães. Portanto, é um ataque sem precedentes, que, obviamente, não envolve recurso, mas que tem uma concepção de atacar a espinha dorsal do conjunto dos municipais e, ao mesmo tempo, uma das premissas duramente conquistadas pelos trabalhadores com suas assembleias, com o Congresso Municipal de Educação. Existe um projeto em curso, um projeto que tem uma lógica, que é uma lógica que eu tenho dito que é um verdadeiro “austericídio”. Primeiro, a tentativa de repassar para as costas dos trabalhadores uma crise que não foi gerada por eles, mas pela política econômica extremamente neoliberal desenvolvida no País, pelo superávit da dívida pública, que consome quase 50% do orçamento, que tem a ver com a corrupção que outros Vereadores falaram aqui. Nós, obviamente, lutamos para que as investigações sigam a fundo na Lava Jato, e a lista do Janot traga a público quem são os Deputados envolvidos nessa maracutaia. Ontem, votaram a retirada dos direitos, mas é preciso defender alternativas. Nós estamos defendendo a questão do ISS para os bancos, o pente-fino nas isenções, como os R\$ 18 milhões para as empresas de ônibus, que, agora, querem aumentar de novo a tarifa; a questão da dívida ativa, a questão, por exemplo, da progressividade do IPTU para os que têm mais de cinco imóveis, e a função social da propriedade, que a nossa bancada...

(Som cortado automaticamente conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Secretários, eu falo em nome dos Vereadores Marcelo, Adeli e Oliboni, nossa Bancada do PT, no sentido de apontar alternativas. É esse o apelo que nós vimos fazendo desde o início de janeiro, desde o anúncio do problema do impacto do novo Prefeito com as finanças do Município. Nós não achamos nada positivo que as alternativas que chegarão aqui nesta Casa no final de abril, Secretário, não tenham passado por um debate público anterior, não estejam sendo medidas, experimentadas, dialogadas com as categorias, com a população atendida

pelas diferentes políticas públicas. Não existe solução mágica, as soluções vêm da tensão real, da experimentação, de quem conhece, de quem sente, de quem vive as políticas públicas. Sobre esse tema, eu vou voltar a insistir: os professores municipais podem fazer um processo de avaliação. E isso, Secretário, é a 19ª meta do Plano Municipal de Educação: construir o sistema próprio de avaliação de forma participativa. O senhor não precisa gastar um centavo com isso, já dá para poupar aí os \$ 80 milhões do BID. Estão previstos indicadores, sistema de avaliação, os CCs para gerenciar esses recursos. Nós somos contrários, queremos poupar esse dinheiro. Use esse dinheiro para suas contas, as outras contas da educação. A rede municipal faz o sistema, e aí tem uma grande vantagem: ela vai se comprometer com os resultados, porque, se ela estabelecer os indicadores, vai se comprometer com o aumento, com os resultados. Eu tenho certeza de que isso é melhor do que contratar uma consultoria, e é mais barato.

A outra sugestão – quero aqui falar como falou o Ver. Mauro Pinheiro –, Ver. Bosco, a SME é lucrativa, o senhor falaria com mais propriedade, como outros Secretários aqui. A Secretaria de Esportes arrecada recursos, e eu vou exemplificar: cada associação de parque e praça organizada recolhe recursos, faz manutenção. Pode ir lá no Ararigboia, para ver quantas questões estão numa situação ótima, e são recursos da comunidade. Para as competições municipais que acontecem são buscados patrocínios de empresas. É uma Secretaria desse tamanho e que gera um lucro enorme, um lucro, em atendimento, de 0,38%... Olha só, um exemplo são os bancos pagando as corridas, dando dinheiro. Com o que a Prefeitura entra? Com a inteligência, com a expertise dos nossos professores e professoras, com a organização. Olha só: no programa Em Cada Campo uma Escolinha, Ver. Bosco, são 50 voluntários. O que faz a Secretaria de Esportes? Cinquenta voluntários, multiplique por grupos de futebol na Cidade inteira. E o que faz a Secretaria? Entra com a expertise, com a orientação técnica, com a supervisão. É uma maravilha. Este é o modelo de gestão de maior sucesso que nós temos, eu posso afirmar isso: 0,38% do orçamento chega a um milhão de pessoas nos diferentes projetos realizados na cidade de Porto Alegre. Na lógica de produzir mais com menos que ouvi do senhor na reunião que nós tivemos aqui na CEFOR, a Secretaria de Esportes é exemplar. Hoje, ela está aglutinada numa área de assistência social, eu poderia dizer – é de desenvolvimento social –, mas é com grandes preocupações. É a FASC, é a situação toda das discriminações. O esporte, a recreação e o lazer têm um corpo técnico diferente de conhecimento, de capacidade, de multiplicação da intervenção da Prefeitura. As comunidades têm vindo aqui e têm dito: “Nós estamos nos responsabilizando, nós estamos multiplicando esta energia positiva que gera qualidade de vida.” Então, vamos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Secretário Leonardo Busatto está com a palavra, por dez minutos, para as considerações finais.

O SR. LEONARDO BUSATTO: Primeiramente, agradeço a todos os Vereadores pelas manifestações e perguntas. Infelizmente, em dez minutos, eu não tenho condições de responder, mas quem me conhece sabe, e a quem não me conhece quero dizer que estou à disposição para responder posteriormente. A Secretaria Municipal da Fazenda está sempre aberta para receber qualquer um dos Vereadores, ou os assessores dos senhores também, podem contatar a nossa assessoria, e sempre vão ser bem recebidos.

Algumas rápidas observações nas considerações finais, só porque houve muitos questionamentos.

Primeiro, em relação às questões levantadas pelo meu colega, ex-Secretário Eroni, e algumas dúvidas dos Vereadores. A gente tem, então, um número incontroverso de R\$ 140 milhões de despesas empenhadas e liquidadas, ou seja, de dívidas, e essas dívidas são de um conjunto enorme de fornecedores, mais de dois mil fornecedores – pequenos, médios e grandes. Despesas: uma folha de pagamento que deixou de ser paga na gestão anterior, um saque do caixa único, que aí é uma questão de visão realmente, se isso é uma dívida a ser paga no curto prazo, ou não é uma dívida. Eu acho que a gente não pode entrar no mesmo modelo do Estado do Rio Grande do Sul, todos nós sabemos a falência que o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou, e foi por estas medidas: sacar do caixa único, sacar dos depósitos judiciais. Mesmo que eu retire da conta da comparação o saque do caixa único, ainda assim a situação conjuntural, a situação do ano de 2017 da Prefeitura é pior. Nós recebemos a Prefeitura em pior situação do que a do Estado do Rio Grande do Sul, mesmo tirando o valor do caixa único, porque, realmente, o caixa único do Rio Grande do Sul é imbatível. Nós conseguimos fazer uma dívida monstruosa que eu duvido que alguém, um dia, vá conseguir pagar.

A questão das despesas sem empenho, que é uma questão que também pode suscitar dúvidas, além da questão do DMLU, da FASC, também citados aqui, nessa conta, nós podemos contar com as despesas das obras da Copa. Se alguém tem dúvida a respeito das obras da Copa, eu sugiro que convide o sindicato que representa as empresas para eles apresentarem a fatura, como apresentaram para nós. Então, são R\$ 45 milhões. Já ouvi de algumas empresas que pode chegar a R\$ 60 milhões a dívida de coisas que já foram feitas e não foram pagas. Se eu somar ainda os precatórios do Município de Porto Alegre, a parcela que deveria ter sido paga no final do ano passado, só aí eu já tenho um valor de R\$ 127 milhões, mais do que os R\$ 120 milhões divulgados.

Ainda tem a questão dos empenhos anulados, todos eles têm credores definidos, foram contratados pela Prefeitura, e alguns deles vão ter que ser, obviamente, pagos. Mas não é uma questão na qual vamos entrar aqui, porque a gente vai ficar discutindo a dívida, o tamanho dela. Nós já colocamos a nossa posição, os nossos números e a transparência deles, vamos ver o que nós vamos fazer para frente. Saúdo aqui as diversas sugestões que os Vereadores colocaram – o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Valter Nagelstein – sobre a questão do empreendedorismo, da abertura de empresas. Porto Alegre parece que criou uma cultura para expulsar empresas. Demora

meses, semanas, anos, décadas para conseguirmos abrir uma empresa, e todos são unânimes em dizer que é muito melhor empreender fora de Porto Alegre do que em Porto Alegre. Obviamente isso nós temos que atacar, e isso não é simples. Todos os senhores que já participaram de gestão na Prefeitura e os Vereadores que conhecem sabem que não é fácil atacar, mas nós temos que atacar. É inadmissível um empreendimento imobiliário demorar oito anos para ser aprovado; oito anos para ser aprovado! Eu acho que todos nós, neste ponto, temos concordância.

Outra concordância que nós temos, Vereadores, é que realmente a crise federal e a estadual – eu não vou entrar no mérito dessa crise, se é pelo neoliberalismo, se é pelas políticas populistas, eu tenho a minha opinião, eu acho que a gente tem que tratar dos fatos – afetaram o Município de Porto Alegre, afetaram a União. O Ver. Nedel trouxe aqui o déficit bilionário que a União tem, R\$ 58 bilhões, e já está assinalando que vai ter que aumentar impostos. O Estado do Rio Grande do Sul tem déficit milionário, e a crise chegou! A crise chegou aos Municípios. Por que não chegou antes? Por que os Municípios tinham estrutura financeira melhor. Mas ela chegou a Cachoeirinha, o ex-Deputado Miki Breier tem enfrentado grandes problemas para pagar o salário dos servidores, Deputado do PSB. O Deputado Miki Breier, que agora é Prefeito de Cachoeirinha, será que ele quer atacar os servidores, ou é falta de dinheiro? É falta de dinheiro! Eu sou servidor público concursado há mais de dez anos, para quem não sabe, com muita honra e orgulho, ninguém quer atacar os servidores. A questão é que nós temos que mostrar a realidade e ter transparência, para que a gente possa resolver, em conjunto, o problema.

Eu saúdo mais uma vez as sugestões aqui colocadas, eu acho que nós temos que discutir. A Ver.^a Sofia Cavedon colocou sobre o debate público. Vereadora, eu acho que o debate público tem que ser nesta Casa, esta Casa é que representa o Município de Porto Alegre! Os projetos de lei serão encaminhados para cá, como disse para o nosso Presidente Cassio Trogildo, é aqui que o debate vai se feito, com audiências públicas. Ou tem outro lugar para fazer o debate público? Vai ser feito aqui em todas as áreas: nas áreas de aumento da arrecadação e corte de gastos. Foi colocado aqui: “E a redução de despesa com a redução de estrutura?” Vai ser apresentada, quando nós fizermos o projeto de lei, como a própria Casa aprovou, em 120 dias, e entregue aqui. Uma boa parte, como dito pelos Vereadores, é gasto com pessoal. Não tem como cortar gastos com servidores, mas tem uma boa parte de redução de estrutura que eu posso mexer. Eu preciso ter três motoristas, se eu tinha três Secretarias, mas não posso ter um? Eu preciso ter três assessores, eu preciso ter três chefes de gabinete, eu preciso ter três diretores administrativos? Isso tudo é redução de estrutura e vai ser apresentado.

A questão de Secretaria de Esportes. Se nós perguntássemos para cada um dos Vereadores, cada um de vocês diria um tema importante para ter uma secretaria. Nós iríamos voltar a ter não só 37, mas 40, 50, 60 secretarias. Não é porque é importante que tem que ter uma secretaria. Secretaria de empreendedorismo, micro e pequena empresa, direito dos animais, meio ambiente, tudo poderia ser secretaria, e nós continuaríamos a ter uma estrutura enorme. Não é porque o assunto é importante que ele tem que ter uma secretaria. Ele tem que ser prestado de uma maneira eficiente e

chegar na população. Nós podemos falar de indicadores financeiros: eu apliquei 20%, 30%, 40%. Vamos esquecer isso, Vereadores. Vamos ver a qualidade da prestação de serviços. Vamos ver se nós não podemos fazer mais com menos dinheiro, se não podemos entregar mais para a população. Nós podemos colocar aqui 20, 21,19, 25% para a saúde, o que importa é a qualidade do atendimento, é a fila, é isso que importa. Como Secretário da Fazenda, nós vamos fazer o máximo para alocar recursos, mas se, lá na ponta, os Secretários não conseguirem usar bem esses recursos, não adianta nada. Nós vamos colocar dinheiro, dinheiro, dinheiro, e a saúde e a educação da população não vão melhorar. Temos que começar a discutir o atendimento, a prestação de serviço na ponta. Não importa se é o privado que presta, se é o público que presta. Para a população, não importa se a Carris é pública ou privada, a população quer ônibus seguro no horário. Essa é a discussão que temos que ter.

Poderia responder diversas outras questões, mas quero responder uma questão das obras da Copa, dos investimentos, que é importante. Nós saldamos todos os investimentos do Pisa, da CAF, do BID, da Caixa, todos os investimentos são importantes. Nós temos investimentos em Porto Alegre. Todos sabem que o caixa da Prefeitura não suporta, infelizmente, fazer investimentos com recursos próprios. Mas para a orla, para as obras da Copa, o Pisa tem dinheiro carimbado para isso. Em breve, irá faltar dinheiro para pagar todas as despesas da Prefeitura, e a orla vai ser entregue, porque esse dinheiro é só para isso. Eu não posso pegar o dinheiro da orla e pagar o salário dos servidores, nós temos que entender que existem fontes diferentes para pagar despesas diferentes. É isso que nós queremos demonstrar. O resultado orçamentário de 21 milhões negativos, quando a gente vai olhar – o nosso Professor Aírto Ferronato pode ajudar os senhores também –, 130 milhões são rendimentos do Previmpa, cem milhões do DMAE, mais cem milhões de convênios, transferências federais e operações de crédito, dinheiro para um fim específico. Se eu vou olhar o que tem de dinheiro no caixa do Tesouro – nós, mensalmente, estamos divulgando tudo o que entra e o que sai –, falta dinheiro. Para algumas áreas não vai faltar dinheiro, e é isso que nós temos deixado transparente, é para isso que a gente está à disposição na Secretaria Municipal da Fazenda, eu estou à disposição para tratar de todos esses números de maneira clara e transparente. Nós temos posições políticas, cada um tem a sua posição ideológica, oposição ou situação, mas nós temos que estar a favor de Porto Alegre. Por isso, convoco os Vereadores para a situação: a falta de dinheiro é clara. O Prefeito Fortunati já tinha avisado, lá no início do ano passado, que poderia faltar dinheiro para pagar o salário dos servidores. O 13º foi pago com muito custo, o Secretário Eroni sabe. Falta dinheiro, então, temos que estar juntos para achar a solução, e esta Casa vai ser extremamente importante, pois é nesta Casa que o debate será feito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Eroni Numer está com a palavra para as considerações finais.

O SR. ERONI NUMER: Quero agradecer a possibilidade de vir aqui para falar sobre finanças públicas, que é um tema muito caro para a sociedade, pois é dela que dependem todas as obras e todos os serviços que são prestados. Quero, de maneira geral, resgatar algumas manifestações que foram feitas aqui, para que não passem como verdadeiras. A primeira delas é do Ver. Moisés, que falou sobre o pagamento das creches. Só para ressaltar que as creches – no valor de R\$ 5,7 milhões – foram pagas no dia 29 de dezembro, e não em janeiro. De qualquer forma, o mais importante é que foram pagas, só para que não pareça que nós deixamos... E aqui eu não estou querendo dizer que não ficaram dívidas, as dívidas ficaram, são montantes grandes, há diferenças de interpretação quanto a montantes, mas elas existem. O Governo Fortunati/Melo nunca negou, pelo contrário, ressaltou, em diversas oportunidades, que a crise era grande, e que não tínhamos dinheiro para cumprir todas as obrigações, tivemos que fazer escolhas. Essas escolhas foram fortalecidas nas pessoas dos servidores e na mão de obra, assim como nas creches e assistência social. Isso é importante a gente resgatar.

Falando em dívidas, quero aqui colocar, em relação ao que o Ver. Janta manifestou, duas questões que são importantes de esclarecer. A primeira delas, para que não pareça uma coisa pejorativa, que demos uma “pedalada” no Previmpa. Não. O Previmpa, foi feita uma negociação com aquele instituto, autorizada por lei, votada nesta Casa, então, não é uma pedalada, apenas foi feito um parcelamento diante de uma situação de que a Prefeitura não tinha caixa suficiente, e pela opção de pagar os servidores em dia. Então, não é uma pedalada, só não gostaria que esse termo fosse colocado para não ser pejorativo.

A outra questão diz respeito aos valores sacados dos fundos. O caixa único foi constituído para administrar, mas, em nenhum momento, se saca o dinheiro da conta. Se tu tirares um extrato do Fundo da Criança, por exemplo, estará lá o valor apontado; à medida que forem solicitando, é usado. Nunca se deixaram de cumprir as obrigações, apenas se administra enquanto o dinheiro está parado. Esses são dois pontos importantes que eu queria ressaltar.

Eu fico contente ao ver que, no final desta Sessão, os objetivos convergem para uma questão importante: Porto Alegre está em crise, e nós precisamos sair dela. Não adianta mais a gente ficar discutindo os problemas, agora temos que enfrentar como sair. Esta saída, eu entendo, precisa necessariamente passar pelo aumento da receita. A despesa, ela tem limites para ser cortada, sob pena de nós prejudicarmos os serviços à comunidade. É bem verdade, será apresentada – eu não quero nem entrar nesse mérito – uma nova estruturação, e a gente espera que o enxugamento da estrutura represente economia, senão não precisaria fazer, isso é natural. Mas o limite – e o Secretário Leonardo fez isso muito bem – de cortes de despesas é muito pequeno, porque todas as despesas apresentadas têm sido necessárias. Aí, no lado da receita, tem uma preocupação que eu fico muito aguçado em falar, que diz respeito à questão de pessoal. Sim, falei que é importante o pessoal, que folha de pagamento é a maior despesa da Prefeitura, e, do meu ponto de vista, tem que ser assim, porque nós prestamos serviço. Há o risco – e esta é a minha preocupação – de, daqui a pouco, três áreas fundamentais de uma administração pública, que são a saúde, a educação e a

segurança, com um gasto de aproximadamente 90% em mão de obra, terem encurtada a folha de pagamento e, certamente, diminuir a educação, diminuir a saúde ou diminuir a segurança. Esses itens são fundamentais, e nós não podemos pensar... Pelo contrário, temos que aumentar. Aí, Ver. Mauro, a iluminação que foi feita pelo Governo anterior nos parques e nas praças é fundamental; as câmeras que foram colocadas são fundamentais, mas não substituem a pessoa. Tem que ter a pessoa para fazer a prestação dos serviços de segurança, tem que ter o professor na sala de aula por mais moderna que seja a estrutura escolar, tem que ter o profissional da saúde para atender à pessoa que chega lá com deficiência na saúde ou apresentando algum problema. Então, tem que ter as pessoas, e disso nós não podemos fugir, nós temos que fazer isso. Fora isso, um esforço monumental de todos os servidores – e toda a sociedade tem que estar imbuída – na questão de aumento de receita. Aí passa pela correção das distorções, passa pela cobrança dos devedores. Nós não podemos aumentar a carga tributária, mas temos que ser eficientes na cobrança daqueles que não pagam corretamente. Isso é fundamental. Porto Alegre tem 2 bilhões de dívida ativa, e eu não quero nem entrar nos 43 bilhões que o Estado têm, fruto de inadimplência ou de sonegação. Imaginem esses recursos, tanto no Estado quanto na Prefeitura, o quanto seriam importantes. Mas isso passa também por uma Secretaria muito importante, da qual eu tive a honra de ser adjunto e titular. Para a cobrança dos tributos, nós precisamos valorizar os servidores. Respondendo ao nobre Ver. Valter, que colocou, a Fazenda não é uma privilegiada por ter bons salários, ela é necessária, assim como a Procuradoria, para que se busquem os recursos, para a entrada de recursos. Nós não estaríamos nesta audiência, se Porto Alegre estivesse com uma saúde financeira grande. Nós não estaríamos discutindo; nós estamos discutindo, porque está faltando dinheiro. Aí é essencial a Secretaria da Fazenda para buscar esses recursos; do contrário, nós não teremos meios para promover e atender às necessidades da população.

Aproveito para tocar num assunto que é muito caro também, que se coloca seguidamente, que é a questão do teto dos servidores públicos. O teto dos servidores públicos é um item que é defendido, inclusive, pelos servidores, e esse teto tem que garantir a carreira dos profissionais que entram na esfera pública e vão passar 35, 40 anos dentro de uma mesma organização.

Esse teto tem que ser justo, para que a gente não precise cortar, estagnar Secretarias, principalmente a Secretaria da Fazenda. Nós temos que buscar o aumento da receita e o corte de despesas desnecessárias, embora ressaltando que é limitado, mas eu tenho essa preocupação de desvalorização do servidor público no conjunto geral, em todas as carreiras, porque isso faz com que os servidores da Prefeitura e do Estado, mas, principalmente, do Município, porque é aqui que as coisas acontecem, aqui que as coisas são prestadas diretamente, sofram com essa desvalorização, e uma paralisação certamente irá acontecer.

Quero finalizar agradecendo, mais uma vez, a vocês por me ouvirem, por poder dizer isso. Leonardo, nós também, mesmo saindo da Prefeitura, continuamos à disposição tanto dos Vereadores quanto da sociedade para futuros esclarecimentos, nos

colocando de peito aberto, como sempre fizemos, prontos para debater os assuntos pertinentes, principalmente, às finanças municipais. Um abraço a todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Leonardo Busatto está com a palavra.

O SR. LEONARDO BUSATTO: Eu esqueci de fazer um esclarecimento, só para não dizer que são números diferentes. Quando a gente compara gasto de pessoal de 47%, é porque é gasto de pessoal sobre a receita corrente líquida; quando eu apresento 60%, é o gasto de pessoal sobre o total da despesa. Os dois números estão certos, os dois: 47% sobre a receita...

(Apartes antirregimentais.)

O SR. LEONARDO BUSATTO: Receita corrente líquida, 47%; mas, do orçamento, o que eu posso gastar para pagar pessoal é 60%. Isso que eu não conto o gasto de pessoal da Carris, da EPTC e da Procempa, que é outro cálculo. Os dois estão certos, só que são visões distintas, senão vai parecer que estamos falando de números diferentes. Não. Os dois números estão certos: um é sobre a receita, e o outro é sobre a despesa.

(Apartes antirregimentais.)

O SR. LEONARDO BUSATTO: Nós não estamos mentindo um número. São 60% sobre a despesa total do Tesouro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Gostaria de agradecer as presenças do Secretário Leonardo Busatto, do Eroni Numer, nosso ex-Secretário. Quero dizer que nós tivemos um debate muito importante, aprofundado: tivemos dez inscrições no comparecimento, mais dez espaços de liderança tratando do assunto; tivemos 20 intervenções tratando do tema, e alguns que não conseguiram falar. Acredito que a Câmara cumpriu o seu papel através de um pedido inicial da Ver.^a Fernanda, que teve prontamente a adesão do conjunto dos Vereadores e foi combinado com o Líder do Governo. Então, tivemos uma convocação combinada. Portanto, foi um comparecimento com que todos concordaram, e, acredito, foi muito profícuo.

Solicito ao Ver. Valter Nagelstein que assuma a condução dos trabalhos, para que eu possa me despedir dos nossos convidados.

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. ALDACIR OLIBONI (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que façamos um convite à Sra. Maria de Fátima Záchia Paludo e ao Sr. Solimar Amaro, Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania, em função de algumas informações um pouco distorcidas em relação ao trabalho desenvolvido nos CRESS e CRAS em Porto Alegre. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Peço a V. Exa. que faça o encaminhamento do requerimento ao protocolo da Casa. Obrigado.

O Ver. Paulo Brum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero usar este tempo para fazer um registro. No dia 21 de março, terça-feira passada, foi o Dia Internacional, Dia Nacional e Dia Municipal da Síndrome de Down. Aqui no Estado, tivemos a 1ª Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Down. Dentre os 365 dias do ano, o 21 de março foi inteligentemente escolhido, porque a Síndrome de Down é uma alteração genética no cromossomo 21, que deve ser formado por um par, mas, no caso das pessoas com síndrome, aparece com três exemplares, uma trissomia. A ideia surgiu na Down Síndrome Internacional, na pessoa do geneticista da Universidade de Genebra, Stylianos Antonarakis, que foi referendado pela Organização das Nações Unidas em seu calendário oficial.

Mais interessante ainda do que a origem da data é a sua razão de existir. Afinal, porque comemorar uma síndrome? Oficialmente estabelecida em 2006 e amplamente divulgada, essa data tem por finalidade dar visibilidade ao tema, reduzindo a origem do preconceito, que é a falta de informação. Em outras palavras, combater o mito que teima em transformar uma diferença num rótulo numa sociedade cada vez mais sem tempo, sem sensibilidade ou paciência para o diferente.

A Síndrome de Down foi descoberta em 1862, pelo médico britânico John Langdon Down. Apesar de ainda estarmos em situação muito distante da ideal, nesse intervalo de 155 anos, muitos foram os avanços no âmbito da ciência e da sociedade. De forma especial, nas últimas três décadas, basta você observar, os casos da síndrome aparentemente aumentaram. Não, é que antigamente as crianças eram escondidas por vergonha de seus pais. Por falar nisso, essa participação social é uma das questões que a celebração da data visa a destacar. A Síndrome de Down não é uma doença e não impede, de maneira nenhuma, que o indivíduo tenha uma vida social. A essa questão já se emenda outra igualmente importante, a inclusão. Hoje em dia, isso é lei, mas, infelizmente, muitas pessoas ainda desconhecem que criança com Síndrome de Down, ou qualquer outra dificuldade de aprendizado, tem que ser matriculada em escola regular – isso mesmo – junto com todas as outras crianças. Essa convivência é extremamente saudável para todos e a conduta mais eficiente para o aprendizado pedagógico, que se torna um pouco mais demorado devido àquele terceiro cromossomo, mas acontece. Essa data visa a chamar atenção sobre as capacidades das pessoas com Síndrome de Down. Elas possuem tantas outras características quanto os demais seres humanos, ou seja, a síndrome não as define, é muito importante que todos saibam.

Outra tarefa do dia 21 de março é divulgar que cada pessoa com Síndrome de Down também tem gostos específicos, personalidade própria e individual, habilidades e vocações distintas entre si. Portanto, devem ser evitados rótulos provocados por expressões do tipo: “Ah, como os *downs* são carinhosos!”, ou “Eles são tão teimosos, não?”. Em respeito à individualidade de qualquer ser humano, esse tipo de generalização não deve ser aplicado a nenhum grupo, nem a este, por melhor que seja a intenção de quem o faz. Portanto, Sr. Presidente, este é o registro que fazemos nesta data. Que o dia 21 de março seja o dia internacional, dia nacional e dia municipal, aprovado por esta Casa, de conscientização sobre a Síndrome de Down. O que nos faz especial, Sr. Presidente, são as nossas diferenças. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Ver. Paulo Brum, eu cumprimento, em nome desta Presidência, V. Exa. pelo tema trazido à tribuna, porque – tenho certeza de que falo em nome de todos os Vereadores – é fundamental um olhar diferente em relação à Síndrome de Down, bem como para outras questões, como o autismo, enfim é importante que os órgãos públicos, que as instituições de educação tenham também esse olhar diferenciado. Cumprimentos a V. Exa. pelo tema que trouxe, em liderança do seu Partido, o PTB, à tribuna.

Srs. Vereadores, eu pediria aos que, eventualmente, estejam em seus gabinetes que venham ao plenário, por favor, porque estamos prestes a entrar na Ordem do Dia de hoje. Há um Veto em apreciação.

O Ver. Professor Wambert solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 27 a 31 de março de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Luciano Marcantônio solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 27 a 29 de março de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Quero agradecer ao Presidente Cassio Trogildo a cessão da Presidência neste instante, porque, na verdade, é um tema que diz respeito a todos nós, Vereadores. Eu não tenho ciência, pelo menos nesses últimos dois mandatos que aqui estou – eu não sei se anteriormente houve isso... Nós estamos protocolando a criação de uma CPI para tratar do tema da telefonia. É uma CPI que obteve a assinatura de todos os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Normalmente, os temas de CPIs são controversos, e, exatamente por isso, é muito difícil que se colha a assinatura de todos. Nós estamos tratando de um tema, neste momento, que diz respeito à vida de todo cidadão porto-alegrense.

Antigamente, logo que começou isso, eu me lembro, lá na década de 1980, era muito difícil alguém ter acesso ao telefone celular. Hoje em dia, é uma ferramenta essencial de trabalho, seja do trabalhador mais humilde, ou daquele médico intensivista

mais qualificado de uma grande UTI ou de um grande centro médico no nosso Estado, passando por todas as profissões. E nós temos muitas queixas da cidadania porto-alegrense acerca da má qualidade do seu funcionamento.

Esse assunto passou por esta Câmara de Vereadores, eu me recordo, há quatro anos, quando nós criamos uma comissão especial para promover a flexibilização da lei com vistas à Copa do Mundo. Naquele momento, alegavam que as restrições da legislação de Porto Alegre eram muito grandes, Ver. Oliboni, e não tinha condição, se nós não fizéssemos a flexibilização da lei, de se melhorar a qualidade do serviço oferecido à população porto-alegrense. Pois bem, a Câmara de Vereadores fez o seu papel, produziu as alterações legislativas, mas, desde então, infelizmente, nós não temos tido ciência da melhora da qualidade desse serviço, que, volto a dizer, é essencial para toda a Cidade. Da mesma forma, o serviço de cabo, os dados que nos são oferecidos. As pessoas pagam um volume de dados, e ninguém consegue dizer se, efetivamente, esses dados são entregues às pessoas nas suas residências, nas suas casas, algo que é absolutamente essencial também, porque, hoje em dia, todos precisam de internet, sejam os filhos das famílias para estudarem... enfim, todos.

Com a assinatura de todos os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras, está sendo protocolada a criação de uma CPI, a primeira desta Legislatura, que eu espero que produza os seus resultados e que possa apontar as responsabilidades com relação a essa questão. Serão chamados os órgãos de proteção ao crédito, o Ministério Público, a OAB, as empresas de telefonia, as agências reguladoras, enfim, todos serão chamados a trazer informações e nos esclarecer por que o serviço não está condizente com a qualidade que deveria ter, e se a economia popular, se as pessoas estão sendo lesadas ou não no seu direito, na sua contraprestação, naquilo que deveriam receber por força do que pagam de acordo com o que determina o nosso Código de Defesa do Consumidor, que é a legislação que regulamenta essas questões. Eu quero agradecer muito, porque é com assinatura unânime desta Casa, de todos os 36 Vereadores, o que demonstra a nossa preocupação, como representantes da população de Porto Alegre, em relação a um tema desses, volto a dizer, tema da maior importância.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo - às 17h42min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0690/14 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 067/14, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que altera o *caput* e inclui parágrafo único no art. 3º-H da Lei nº 5.395, de 5 de janeiro de 1984, e alterações posteriores, dispondo sobre fundo a ser comprovado pelas cooperativas de trabalho ao Executivo Municipal.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigésimo dia: 02-03-17 (quinta-feira);
- discutiram a matéria os Vereadores Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Mauro Pinheiro em 20-03-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 067/14, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 067/14, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, triste coincidência de estarmos discutindo sobre direitos de terceirizados e terceirizadas no dia seguinte ao da votação no Congresso Nacional, que liberou absolutamente a terceirização do serviço público. Quando fazíamos esse debate, dizíamos – mesmo que não fosse por termo de lei, fosse por norma técnica, fosse por compreensão da Justiça do Trabalho – que só tínhamos a permissão para terceirização nas funções meio, e já era muito claro o que seria a consequência disso para os trabalhadores. Este projeto de lei é uma das inúmeras tentativas nossas, desta Casa, de tentar fazer com que, na Prefeitura de Porto Alegre, a terceirização não seja uma exploração de mão de obra escrava. É isto que eu afirmo: mão de obra escrava, porque, infelizmente, temos cooperativas de fachada. Esta lei não é um ataque, Ver. Adeli, ao cooperativismo. Ver. Oliboni, nós defendemos o cooperativismo, defendemos que os trabalhadores se organizem em cooperativas, ofereçam o seu produto, o seu trabalho e dividam os lucros, debitem o custo do trabalho realizado e dividam os lucros. Mas esse modelo exige democracia, exige discussão de critérios, prestação de contas claras, exige uma relação que não seja servil, de mando, de obediência, de desligamento, que é o que temos visto, lamentavelmente, e que desvirtua o sistema cooperativado. Infelizmente é assim nas cooperativas de serviços. O Poder Público tem perdido pautas, causas, muitas vezes, tem tentado impedir que cooperativas participem de licitações, essas

“coopergatos”, cooperativas que desvirtuam o sistema cooperativado. Mas as cooperativas de serviços ganham na Justiça, acabam participando do certame e acabam oferecendo um serviço muito mais barato do que as empresas. Não que as empresas, às vezes, não falhem, não sumam, não paguem direito, mas é muito mais barato, porque, além de não pagar os impostos trabalhistas – é pior do que não pagar os impostos trabalhistas –, eles não pagam o direito. Eles poderiam, Ver. Mauro, dar os 30 dias de férias, bonitinho, dar uma retirada a mais no final do ano, para o servidor, o funcionário ter dinheiro para o Natal, para pagar os seus impostos anuais, o IPTU, pelo menos, o IPTU. Mas não! Nem sequer pagam os custos trabalhistas, nem sequer pagam os direitos!

Então, o que nós estamos regrando nesta Casa não é a legislação trabalhista, nós estamos dizendo que nós vamos exigir que, na licitação, a Prefeitura, ao contratar o serviço, tenha toda a legitimidade para fazer algumas exigências. E nós estamos incluindo nas exigências os 30 dias de férias. Por quê? Porque os funcionários que hoje varrem as nossas ruas, recolhem o nosso lixo, trabalham nas limpezas, nas cozinhas dos diferentes serviços não conseguem parar, ao ano, nem 30 dias, trabalhando para o serviço público, trabalhando para o Poder Público, não param. Se param, param 15 dias e não recebem, eu tenho o testemunho de funcionários da SMIC – SMIC! –, não era do DMLU. A própria Secretária das Mulheres, no ano passado, me disse: “Vereadora, eu fico com pena, porque, se eu liberá-la por 15 dias, ela não recebe”. A regra é colocar minimamente alguma exigência para que não exploremos, através do serviço público, os trabalhadores, e, na maioria, as mulheres trabalhadoras. Não é um absurdo, é para os novos contratos; nós gostaríamos que pudéssemos estabelecer esse patamar. Em outros momentos, nós já colocamos vale-transporte e alimentação e isso está garantido, e isso é uma vitória deste Legislativo. Então, eu peço a derrubada do Veto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 067/14, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero defender, obviamente, o projeto. Lembro do momento da votação do projeto aqui na Câmara de Vereadores. Evidentemente, ele busca uma legislação minimamente protetiva aos trabalhadores das cooperativas, que já sofrem com a superexploração. Nós sabemos que, lamentavelmente, boa parte das cooperativas contratadas hoje pelo Município são as verdadeiras “coopergatos”, que fazem uso dessa legislação de cooperativas para aumentar a exploração sobre o conjunto da classe trabalhadora, para suprimir direitos trabalhistas garantidos na CLT. Obviamente, os lucros não são repartidos entre os cooperativados. Nós temos vários exemplos de cooperativas, como a própria Cootravipa, que paga baixos salários, em que os trabalhadores sequer têm 30 dias de férias, não têm as garantias mínimas de poderem ficar doentes, estando sujeitos a serem demitidos. Por outro lado, essa cooperativa tem contratos milionários com o Município

de Porto Alegre. Não é o caso só da Cootravipa, existem outras cooperativas espalhadas por Porto Alegre e pelo Brasil nesse modelo. Um debate precisa ser feito: primeiro, sobre o direito dos trabalhadores; segundo, sobre a questão das isenções e das burlas feitas a partir dessa legislação, que garante a superexploração da classe trabalhadora de um modo geral.

O projeto da Ver.^a Sofia Cavedon cria um fundo que as cooperativas têm que comprovar ao contratar, ou conveniar com Município de Porto Alegre, porque não é a primeira vez que as cooperativas sequer pagam os salários, elas atrasam os salários mesmo tendo recebido os valores devidos pelo Município. Não são só as cooperativas, nós já tivemos muitos casos de empresas terceirizadas que vão mudando de nome, mas que seguem com os mesmos donos, que vão ganhando esses recursos e, depois, não pagam os direitos trabalhistas. Isso aqui em Porto Alegre, em Gravataí e em outras cidades da Região Metropolitana.

A Cootravipa atrasou os salários de fevereiro no início do mês e atrasou no início de janeiro também. Houve até uma greve-relâmpago organizada pelos trabalhadores, que cruzaram os braços diante do não recebimento dos salários. Infelizmente, esses trabalhadores não têm sequer a proteção sindical prevista na CLT em vários temas.

Portanto, acho que é um avanço o projeto da Ver.^a Sofia Cavedon no sentido da criação do fundo, um avanço em relação aos 30 dias, em tempos tão difíceis, quando estamos vendo essa devastação dos direitos da classe trabalhadora. Nós já falamos, durante o comparecimento do Secretário Busatto, sobre o projeto de terceirização que foi aprovado na Câmara Federal ontem. Os mesmos Deputados, muitos envolvidos nos escândalos e nas listas das delações premiadas da Odebrecht, como o próprio Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, priorizaram, na calada da noite, um projeto que permite a terceirização ampla, geral e irrestrita em todos os setores, rebaixando globalmente os salários. Sabemos que, em média, as terceirizações significam 25% a menos da média salarial dos trabalhadores, piorando as condições de trabalho e aumentando a rotatividade desses trabalhadores na questão do direito ao trabalho. É uma devastação dos nossos direitos, é o principal ataque, em muitas décadas, de uma forma... Obviamente, na calada da noite, para garantir que não houvesse mobilização dos trabalhadores, o que houve, em 2015, contra esse mesmo projeto. No dia 15 de março, teve uma grande luta contra a reforma da Previdência, mas tem que se caminhar para uma greve geral. Não é possível que não tenha uma greve geral dos trabalhadores para não aceitar os ataques brutais que estão em curso, sobretudo na Previdência Social; depois, na reforma trabalhista na CLT. Nessa esteira, o projeto de terceirização foi aprovado e vai ser encaminhado para o Temer, que tem feito de tudo para agradar os grandes capitalistas da FIESP, os grandes capitalistas internacionais às custas do suor da classe trabalhadora, às custas dos nossos direitos.

Então, Ver.^a Sofia, nós, do PSOL, vamos votar para derrubar o Veto e vamos manter também a nossa coerência, eu insisto nisso. A Câmara aprova as matérias em dezembro, o Governo veta, e vários Vereadores viram a casaca. Acho que é preciso

ser coerente na política: para o que votamos, o que estudamos, o que debatemos, devemos manter o voto e garantir o direito.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 067/14, com Veto Total.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas, não consegui ficar entre os primeiros inscritos para comentar a presença do ex e do atual Secretário da Fazenda. Mas o ex-Secretário, em determinado momento da sua fala, diz assim: “Aqui vira uma questão de interpretação”. Realmente, assim como no direito, também na matemática há questões interpretativas. Nesse caso específico, o Veto do então Prefeito Fortunati traz motivos que não conseguimos entender. Obviamente, justifica, a partir da sua interpretação, os limites da proposta da Ver.^a Sofia Cavedon, que, nada mais, nada menos, coloca critérios de contratação. Não se está legislando sobre direito do trabalho, mas, no momento em que a Prefeitura, o Executivo contrata as cooperativas, poderá fazer exigências, criar critérios de contratação.

Eu estou no segundo mandato, e esses quatro primeiros anos serviram para ver inúmeras vezes o quanto o argumento é manejado para defender a posição, mas, logo ali adiante, cai por terra. O próprio Prefeito Fortunati sancionou o nosso projeto, que também criava um critério de contratação, o de que empresas que tivessem doado para campanha eleitoral não poderiam contratar com o Município de Porto Alegre. Passou aqui nesta Câmara, foi para as mãos do Prefeito Fortunati, que sancionou o projeto. Hoje é uma lei. Tenho que lembrar aqui que o STF proibiu a doação de empresas, portanto ficou uma lei em suspenso, mas o fato é que a Procuradoria do Município entendeu que era válido o Legislativo propor – e foi sancionado pelo Prefeito – critérios de contratação. É a mesma coisa que a Ver.^a Sofia está colocando: critérios de contratação para as cooperativas.

Eu nem vou entrar no tema de conteúdo, do quanto é importante o incentivo às cooperativas. Há toda uma criminalização, mas a ideia, a essência das cooperativas é nobre. As pessoas se reúnem, juntam sua força de trabalho em prol do mesmo objetivo. Inúmeros países apostaram nas cooperativas, e elas funcionam. Eu tive a experiência de morar na Itália durante cinco anos, e lá as cooperativas são muito fortes. Agora, é claro que precisa de um incentivo do Poder Público e uma fiscalização. O projeto da Ver.^a Sofia, infelizmente vetado pelo Prefeito, justamente tornava mais atrativo e mais garantidor de direitos. No momento da contratação, a Prefeitura ia fazer algumas exigências. A Ver.^a Sofia subiu à tribuna para lembrar uma delas: o direito a férias. As pessoas que estão aí fazendo a limpeza da Cidade, trabalhando nas cantinas, enfim, das cooperativas contratadas pela Prefeitura não têm sequer direito a 30 dias de férias. Li e li novamente as razões do Veto, que já começa dizendo: “Cabe ao Poder Público simplesmente exigir certidões de cumprimento regular das leis, mas jamais impor obrigações não previstas nessas mesmas leis”. Ora, nós estamos falando de um contrato,

e um contrato é lei entre as partes. É uma frase famosa nos bancos acadêmicos da faculdade de direito. Se o Poder Público, na hora de abrir o edital, na hora de contratar, disser que só contratará cooperativas que garantam, pelo menos, 30 dias de férias, as cooperativas que se candidatarem terão que cumprir esse requisito. Isso não é ilegal, não é criar direito trabalhista, é fazer uma exigência. Se não atender a essa exigência, outra cooperativa que se candidatou ganhará a concorrência pública.

Peço que os Vereadores e as Vereadoras, em conjunto, aprovem aqui uma garantia a mais, e até um incentivo para a contratação das cooperativas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, eu queria uma oportunidade para justificar a minha a Licença de Interesses, que é, na verdade, uma forma de o PTB homenagear as mulheres neste mês em que se promove a luta das mulheres em todo o Planeta, mas, principalmente, aqui no Brasil. Com essa ausência de três dias, nós vamos promover o ingresso da Ver.^a Marília Fidel. É a forma que o PTB entende de fortalecer, homenagear e garantir que, nesses três dias, a Marília Fidel, uma grande líder política e comunitária, possa transmitir suas ideias ao cidadão de Porto Alegre e aos colegas Vereadores. E, também, que ela possa apresentar projetos de lei em defesa das mulheres. Muito obrigado pela oportunidade. Agradeço ao PTB por ter feito esta homenagem à Ver.^a Marília Fidel, em nome de toda a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Luciano. Aproveito para registrar a presença da futura Ver.^a Marília Fidel, que está conosco nas galerias. Aguardamos ansiosos V. Exa. na semana que vem.

Aprego o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que sejam votados em destaque o *caput* e o inciso I do art. 3º-H da Lei nº 5.395/84, conforme art. 1º do PLL nº 067/14, com Veto Total.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos construindo uma mediação e eu espero que tenhamos sucesso. Eu destaquei, Ver. João Carlos Nedel, e expliquei a V. Exa., assim como explico para os demais Vereadores, que eu gostaria de ver os três requisitos aprovados, mas há, claramente, uma posição contrária do Governo, por várias razões. Então, propus ao Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, que analise. Ainda não temos uma resposta, mas, preventivamente, como eu só poderia fazer um destaque, ou seja, separar a votação de alguns itens, eu o fiz durante a discussão. O que fiz eu? Fiz um destaque para o tema dos 30 dias de férias. Como esse foi um tema que nós já havíamos aprovado no ano retrasado e foi vetado, é um tema sobre o qual podemos tentar evoluir, é um tema que

não gera, necessariamente, gastos imediatos ou amplia custos. Então, ele está destacado para que seja votado separadamente, apenas o item 30 dias de férias.

Quero aqui fazer um encaminhamento no sentido de que nós, já nesta votação, tiremos o quórum para que o Governo possa analisar essa proposta mediada, Ver. Cláudio Janta. E aí, na segunda-feira, será o primeiro projeto já na votação e aí nós resolvemos. Porque se pudermos avançar, pelo menos nesse direito do descanso 30 dias, que ele possa ser concedido 15 e 15, um descanso para nossos funcionários que são, de fato, muito penalizados, porque toda essa função é de serviços, serviços que são pesados, que são realizados sob sol, sob chuva, sob frio, na rua, nas praças, ou então no calor das cozinhas, nos fogões. Então, a ideia é que pelo menos nós possamos negociar os 30 dias de férias. Esse é o sentido do destaque, e peço que os senhores e senhoras se posicionem a favor do destaque. Por enquanto, não é para votar “sim” ou “não”, mas aprovar o destaque, para votarmos separadamente os 30 dias de férias do 13º e dos 180 dias de licença gestante. É isso. Em princípio, a nossa ideia é que se retire o quórum e se espere que o Governo possa avaliar essa contraproposta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Ver.^a Sofia Cavedon, a senhora tinha me pedido para conversar com o Governo, eu imediatamente liguei e mandei mensagem para o Secretário Kevin Krieger, para a Procuradoria do Governo, e a Procuradoria mantém, dizendo que o seu projeto é inconstitucional. A Constituição Federal trata da questão das cooperativas de trabalho, e o Ministério Público do Trabalho fez, em Porto Alegre, uma *blitz* em todas as cooperativas. O parecer a este Veto, feito pelo Ver. Dr. Thiago, é pela manutenção do Veto; baseado nisso, porque ele é um projeto inconstitucional. Nós estamos criando o 13º salário nas cooperativas. Cooperativa é um grupo de pessoas que se junta, monta algo e lá dentro elas são sócias. Lá dentro elas fazem ata, lá dentro elas montam o que vão fazer. Nós tínhamos várias cooperativas, várias “cooperगतos” no Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, trabalhando em vários ramos e em vários setores. A questão das férias do cooperativado tem que estar na ata da cooperativa; a questão do 13º salário do cooperativo tem que estar na ata da cooperativa; e não cabe a nós criarmos o 13º salários dos cooperativados, não cabe a nós criarmos a obrigatoriedade disso. Entre nós, reter os contratos, é uma coisa. Quando o contrato é feito pela Prefeitura, ou é específico para cooperativa, ou é específico para empresa. Quando é com a Cootravipa, por exemplo, ela não entra disputando com empresas, o contrato é específico para cooperativas, porque a cooperativa tem as suas vantagens. Então, a Procuradoria nos deu os pareceres baseados na Lei das Cooperativas. Nós teríamos de mudar lá no Congresso Nacional, e ontem, como já foi dito aqui, aprovou a terceirização, que muito se discutiu aqui nesta tribuna, onde tínhamos propostas para avançar na questão da terceirização, sem que tudo acontecesse,

como aconteceu ontem. E, na questão das cooperativas, também, nós temos de avançar lá no Congresso Nacional, para depois virem os contratos da Prefeitura. Agora nós estamos legislando sobre matéria de âmbito Federal, sobre matéria do Congresso Nacional, que não cabe a nós Vereadores, membros desta Casa. Então, não tem como nós desmembrarmos o Projeto, nós votamos ele todo, com o Veto; não tem como desmembrar o Veto. Esse é o encaminhamento do Governo, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores e Vereadoras. Ver.^a Sofia, eu vou usar um termo que o pessoal de casa vai entender e os colegas Vereadores também. Neste projeto não existe meio grávida: ou está grávida ou não está grávida, é assim na obstetrícia. Não existe meio grávida. A Ver.^a Sofia quer fazer um meio grávida, e não tem como. Não estou brincando, estou lhe dizendo que não tem como desmembrar Ver.^a Sofia; V. Exa. quer desmembrar o indesmembrável. V. Exa. quer fazer um festival de jurisprudência no Regimento. Eu não vou fazer aqui, estou aliviando a tensão para lhe dizer que não é possível desmembrar. Eu não quero ser duro com a senhora. Não se está brincando com a vida de ninguém. Agora, se V. Exa. tem animosidade com as cooperativas, é outra coisa. Se V. Exa. manifesta, num projeto, animosidade com o pensamento cooperativo, é outra coisa. Agora, quanto à terceirização - e ouvi falar várias vezes em terceirização aqui -, a sua agremiação, o seu Partido não pensou em terceirização quando terceirizaram a Medicina no País, quando trouxeram gente sem diploma para atender no Brasil, colocando em risco a saúde das pessoas. Agora, os seus líderes, não! Esse pessoal sem diploma vem atender no Brasil, mas não atende seus líderes, que se tratam no Sírio-Libanês com médicos brasileiros altamente capacitados. Assim fez a Dilma, assim fez o Lula, e até por isso estão vivos. Diferentemente do Hugo Chávez, que pelo menos foi coerente e foi se tratar em Cuba.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. DR. THIAGO: Esses não são médicos, esses são uma enganação que vocês fizeram para buscar os votos. A Cidade que mais recebeu esse Mais Médicos, no Rio Grande do Sul, foi Porto Alegre, porque aqui tinha mais votos. A Cidade que mais recebeu esses pseudomédicos no País foi São Paulo, porque lá tinha mais votos. Algum foi para Quaraí, Ver. Pujol? Nenhum foi para Quaraí, e lá não tem condições de atendimento. É essa a questão. A Ver.^a Sofia quer dividir o indivisível, por isso é que se ela tem alguma animosidade com as cooperativas, isso tem que ser discutido em outro âmbito. É no âmbito pessoal dela, e no âmbito do Congresso. Então, essas coisas têm que ser colocadas, e aqui está se falando de forma muito séria. Às vezes, a gente tenta aliviar um pouco o tema, para tentar mostrar para as pessoas que estão em casa o

absurdo que estão querendo fazer. É uma divisão que não existe no Veto, que não há possibilidade de fazer, mas a senhora quer forçar a barra no negócio. Não dá para forçar a barra, Vereadora, não dá para ficar criando jurisprudência. Então, nós, eu e o Ver. Pujol, nos posicionamos contra essa situação, contra a divisão do Veto, porque nesta situação ele é indivisível, não há como dividir uma coisa que foi colocada junto. E foi colocada no mesmo projeto por ela. E aí ela quer dividir as duas coisas. Então, por isso, nós nos posicionamos contra isso, até para acreditar que não existe como dividir. É como mulher gestante, grávida: não existe meio grávida.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, em boa hora, V. Exa. colocou a questão da possibilidade legal de fazer esse desdobramento, era isso que eu ia começar a falar, e mais uma razão para eu enfatizar esta questão. Se não for bem lido este projeto, nós vamos dizer que se trata de uma questão de leis trabalhistas e que exorbita a questão das cooperativas. No entanto, para quem lê com atenção, a Vereadora está dispondo sobre o Fundo das cooperativas. Essa é uma criação inteligente para que a gente fuja do padrão cooperativa/empresa/regime CLT. Eu não tenho, por princípio, nada contra as cooperativas; pelo contrário, eu me somo à fala do Sgarbossa, dizendo da importância de a gente somar esforços. Creio que o Ver. Thiago, como médico, e eu apoio, por exemplo, a Unimed, que em algumas regiões é muito mais importante do que em outras regiões. As cooperativas não são uníssonas no seu trabalho. Eu falei antes claramente, falei com o Secretário depois da nossa reunião aqui. As “cooperगतos”, as “coopertramos”, nós tivemos um drama aqui, Ver. Thiago, que seis dias antes do Natal uma cooperativa “picou a mula”, e as pessoas ficaram o Natal sem nada. Nós tivemos que fazer um movimento para que, pelo menos, um pequeno bolo fosse distribuído para as suas famílias. Na primeira semana consequente, no Ano-Novo, uma pessoa desmaiou aqui, porque não tinha mais dinheiro para comer, tinha comido uma banana. Então, nós temos que enfrentar as falsas cooperativas, e a nobre Vereadora vai utilizar - o que é direito seu -, um desmembramento para, pelo menos, um elemento do seu projeto de lei ser salvo. Há questões que se discutem sobre cooperativas, que eu sou sincero a dizer que são de pertinência de leis trabalhistas. Não é o caso aqui. A Vereadora soube pegar o elemento do Fundo e trabalhar; que nesse fundo haja o valor necessário para pagar o equivalente - não é pagar férias - aos dias de folga, às licenças -, não está adentrando na legislação trabalhista. Nós temos que ter essa ousadia, essa radicalidade propositiva; eu gosto de trabalhar com esta questão, Ver. Pablo, de não ficar só falando contra, mas dizer qual é o caminho a ser seguido. Então, acho que, numa boa hora, nós estamos fazendo este debate aqui. Encaminho neste sentido, para que aprovemos o projeto com este desmembramento e, portanto, derrubemos a outra parte do Veto, porque me parece que a gente tem a preponderância por uma posição, mas vamos buscar uma

sensibilidade para que uma parte do projeto seja mantida. Este é o nosso encaminhamento, e faço um apelo às senhoras e aos senhores para que se possa evoluir, porque as senhoras e os senhores vão ver o que foi aprovado no Congresso Nacional sobre a terceirização - e eu nunca falei contra a terceirização aqui, porque eu sempre defendi a terceirização como ela deve ser, com fiscalização. Prefiro, por exemplo, uma empresa prestadora de serviços na área da limpeza e do asseio, que pague 13º salário e fundo de garantia, a uma “coopertrampo” ou uma “cooperгато” que são tão comuns ainda em nosso País. Já diminuíram enormemente, quando nós começamos a mudar, em 1998, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, passando de 5% para 2,5%. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aproveitando esta discussão sobre as cooperativas, eu muito as defendo – e já discuti isso com a Ver.^a Sofia várias vezes –, e pegando esse gancho do Ver. Adeli, eu sou favorável que as cooperativas que não cumprem com os deveres com seus funcionários sejam proibidas de participar de licitações do Poder Público - que sejam proibidas. Mais ainda, quando a Ver.^a Sofia fez um outro projeto em relação às cooperativas, eu inclusive sugeri a ela que colocasse uma emenda – não sei se ela colocou, mas se não colocou, eu farei isso –, para que seja exigido das cooperativas, que participarem de licitações do Poder Público, a comprovação de que elas têm, pelo menos, capital de giro suficiente para pagar duas ou três folhas de pagamento, porque é notório que todo o Poder Público atrasa os pagamentos, e, muitas vezes, há pessoas que criam cooperativas apenas para participar de determinada licitação. Aí nós acabamos vendo o que aconteceu aqui na Câmara, o que aconteceu na Secretaria de Esportes, várias vezes, quando eu era Secretário lá. Certa vez, eu quase fui às vias de fato com um presidente, porque ele disse que não iria pagar, e eu disse: “Não vais pagar, vai embora, então!” Tem que ter esse cuidado. Tem cooperativas sérias, cooperativas boas, cooperativas interessantes, elas precisam ter o seu espaço, elas geram emprego, tudo isso nós sabemos; agora, as cooperativas que não cumprem – não cumprem num ano, não cumprem no outro ano – precisam ser dizimadas, essas não podem contratar com o Poder Público, não podem. Se não existe isso aqui, eu vou acabar fazendo, porque nós já havíamos conversado há dois ou três anos.

Então temos que fazer cumprir a lei e nós precisamos fazer com que ela seja regulamentada. Não pode é essa questão toda acabar no colo do Prefeito, no colo do Líder do Governo, e no nosso colo! Porque depois eles vêm aqui dizendo: “Ah, não querem nos pagar!” Eu acho que nós devemos ter essa preocupação com as

cooperativas, mas também ter a preocupação se elas cumprem com o objetivo para o qual foram criadas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 06 votos **SIM**, 19 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação o PLL nº 067/14, com Veto Total. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 067/14, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, depois da defesa que fez aqui o Ver. Adeli, eu não precisaria falar. Mas eu quero fazer alguns registros. Acho que esta Casa está perdendo uma oportunidade muito importante de tentar resolver alguns problemas sérios que têm nos seus contratos terceirizados da cidade de Porto Alegre. Ontem, era o escândalo da FASC. Vereadores, a FASC chega a ter cinco contratos terceirizados, contratos precários, cooperativados. Hoje recebi um WhatsApp informando que não recebiam há não sei quantos meses. Ver. Oliboni, que encaminhou o Requerimento para que venha aqui, sim, a Secretária Paludo para dar explicações. A terceirização penaliza os funcionários trabalhadores e trabalhadoras que fazem um serviço penoso, duro, diante da violência, diante da vulnerabilidade, diante da sujeira, diante dos problemas seriíssimos que a nossa Cidade vive. Nós não conseguimos garantir nada, não conseguimos colocar exigência nenhuma, porque nos submetemos a uma lógica de mais valia, de exploração do trabalho e dos trabalhadores. É inaceitável que no Brasil tenhamos subtrabalhadores; que em Porto Alegre, na Prefeitura, tenhamos subtrabalhadores, trabalhadores de segunda categoria, trabalhadores que não conseguem parar um mês no ano e receber para descansar, para recuperar forças, recuperar energia. É muito sério o que está acontecendo. Nós vivemos isso com uma cooperativa, que era uma “coopergato”, que era uma falsificação de cooperativa, que, como diz bem o Ver. Bosco, acaba estragando a história de boas cooperativas de trabalho. Ora, nós tínhamos, nas escolas, cooperativas que não pagavam nem o vale-transporte, não pagavam nem o salário mínimo. E isso, Ver. Bosco, nós avançamos e foi por causa desta Casa. Nós colocamos, inclusive, a sua exigência, a sua sugestão, mas era tão dramático que nós colocamos como critério para licitação o vale-transporte, a alimentação, e apresentar, no mínimo, um valor correspondente ao mês de trabalho, porque acontecia de eles serem contratados e receberem 45, 50 dias depois, porque até a Prefeitura não pagar a tal da “coopergato”, não tinha nenhum dinheiro para pagar o salário; as pessoas trabalhavam dois meses, passavam fome. Foi o que aconteceu com a cooperativa aqui na educação, no Município, que eram as cozinheiras e as funcionárias de limpeza. E nós aqui nesta Casa fizemos uma regra. O que aconteceu? A cooperativa não ganha mais licitação para a SMED. Mas temos uma cooperativa, que nós reconhecemos que tem um perfil inclusivo importante. A

Cootravipa recebe ex-presidiário, pessoas analfabetas, pessoas simples, humildes, que, muitas vezes, não entrariam numa empresa, só que nada justifica que elas não tenham 30 dias de férias! Nada justifica que elas não organizem e disputem a licitação! Ver. Cláudio Janta, não é verdade que elas têm um contrato diferente ou melhor, uma licitação diferente, porque são empresas. Nós hoje temos uma empresa na SMED, que é séria, paga 13º salário, paga encargos trabalhistas. E aí eu posso, pelo menos, dormir tranquila, porque a minha colega, que faz o alimento das crianças, que limpa a escola, tem os seus direitos garantidos e isso foi graças à legislação que nós fizemos aqui na cidade de Porto Alegre. Não adiantou o Ministério Público, não adiantou todos os órgãos que tentamos envolver; fomos nós aqui, Ver. Dr. Goulart, com sugestões, com emendas sugeridas por vários Vereadores. Nós conseguimos dar uma segurada nas espertalhonas. Só que ainda, na limpeza urbana, nós temos superexploração de trabalhadores, de homens e mulheres que estão nas ruas da nossa Cidade, estão vestidos de laranjinha e não têm direito a descanso! Chegam no fim do ano e não ganham um centavo a mais. Quando é a hora da licença à gestante, trabalham porque não podem ficar em casa porque não recebem. E aí votar contra é ser conivente com a exploração...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 067/14, com Veto Total.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, está na hora de a gente começar a se organizar. Nós não podemos inverter todo o processo e confundir a separação dos Poderes estabelecida na Constituição. Então, vai chegar a hora em que a Justiça vai eleger o Presidente da Câmara. Não somos nós, os Vereadores, que vamos estabelecer como é que o Prefeito tem que estabelecer as licitações. Todos nós sabemos que a lei das licitações é o edital, nos editais estão as regras que têm que ser estabelecidas. E se as regras estabelecidas nos editais conferem benefícios para uns em detrimento de outros, existe a correção judicial nesses casos. Então, sinceramente, nós não vamos desconhecer que existem fundadas queixas a respeito dos aumentos dos aumentos de algumas cooperativas de trabalho. Evidentemente que nós não vamos querer aqui assumir o encargo de promover indiretamente uma fiscalização que cabe aos órgãos competentes realizar. Se o Ministério do Trabalho e Emprego não faz a fiscalização devida, nós não temos condição de fazê-lo. Criar exigências especiais para as cooperativas, exigências essas que não são realizadas para os outros, é fraudar a competição, é penalizar a competição. Não é igualar, e, sim, desigualar. No resto, Sr. Presidente, a regra fica estabelecida. Em qualquer situação, nós não podemos dizer, na lei, como é que o Governo tem que proceder no cotidiano: não o Governo do Marchezan, não o Governo que ontem foi do Fortunati – qualquer Governo. A condição estabelece a eles a competência e também a

responsabilidade. Ver. Bosco, V. Exa. é um dos melhores parceiros que eu conheço nesta Casa, e tem coisas que nós sabemos, no cotidiano, que estão erradas. Mas também não exigimos das empresas que não pagam no fim do mês os salários dos seus empregados, porque a Prefeitura não lhes pagou? É o compromisso, e tem que fazer uma demonstração prévia de capital para isso, porque seria oficializar a regra; o que não pode é a Prefeitura, o Estado, o contratante não pagar o compromisso no fim do mês! Isso não vamos oficializar. No resto, quem defende cooperativa, tem que defendê-la com seus méritos, seus deméritos, e rezar para que ela seja corrigida. Eu sou pelas cooperativas. Sou a favor do Veto e contra o projeto da Ver.^a Sofia Cavedon desde o começo!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 067/14, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 07 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

Apregoo o PLL nº 060/17, de autoria do Ver. Dr. Thiago.

Apregoo o PR nº 060/16, de autoria do Ver. Valter Nagelstein.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h41min.)

* * * * *